

PROPOSTA- 12

revista a serviço da educação de base



XILOGRAVURA: JOSÉ COSTA LEITE

P R O P O S T A
REVISTA A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO DE BASE

AGOSTO - 1979, nº 12

TRIMESTRAL

ANO 3

EDITORIAL 3

ARTIGOS

Erminia Maricato	5	Movimento de Bairros: compromisso no cotidiano.
Thomaz Miguel Pressburger	13	Nós e a Trilateral ou seu Antonio vai à roça.
	26	3º Congresso da CONTAG: Lavradores apertam Ministro.
Vanderlei Caixe	41	Considerações sobre o traba- lho do advogado junto aos agricultores.
FASE/Rio	48	Reflexão sobre o Movimento Operário.
PAINEL	59	
SERVIÇO	69	

PROPOSTA; revista a serviço da educação de base, é editada pela FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; Rua das Palmeiras, 90, Rio de Janeiro (RJ). Coordenador Nacional: Jean Pierre Leroy. Conselho de Redação: Ademar Andrade Bertucci, Antônio Ivo de Carvalho, João Luís van Tilburg, Joaquim Alcides R. Ribeiro, Jorge Eduardo Saavedra Durão, Ziléa Reznik. Diagramação: Julio Simões. Datilografia. Elita Vicente de Paula Duailibe. Impressão: Vickson de Souza Viana. Assinatura anual: Cr\$ 170,00; número avulso: Cr\$ 45,00. Enviar cheques nominais à FASE. Exterior; assinatura anual: US\$ 20,00; pagos através de "International Money Order" nominal à FASE.

EDITORIAL

Conselho de Redação

Há 3 anos, começava a circular o primeiro número de "Proposta". A expectativa era que a revista funcionasse como um instrumento multiplicador e agilizador do necessário, mas ainda artesanal, processo de socialização de experiências entre os diversos grupos de agentes de base. Visava-se sobretudo aqueles grupos menos familiarizados com o uso de instrumentais teóricos de leitura da realidade e análise da prática. A revista deveria estimular e instrumentalizar a teorização da prática, entendida esta como o conjunto das experiências diretas e concretas dos diversos agentes. Em outros termos, o conteúdo da revista deveria expressar o aprendizado sistematizado das diversas equipes de base na sua interação com a realidade. Esperava-se dela que fosse simultaneamente o instrumento e o escoadouro dessa produção das equipes e, assim, o destinatário de Proposta deveria ser também seu co-artífice.

Ao longo desse período de existência, se é verdade que "Proposta" não atingiu em termos gerais seus objetivos, oscilando em altos e baixos, em acertos e desacertos, é verdade também que a experiência acumulada autoriza hoje uma visão mais clara das insuficiências do projeto original e aponta algumas pistas para as retificações necessárias.

Menos do que desfiar um rosário de autocríticas e novas intenções, cabe aqui ressaltar duas ordens de problemas, cujo enfrentamento pretende ser o eixo do processo de dinamização e atualização do projeto editorial de "Proposta".

O primeiro diz respeito à necessidade de superar um falso dilema, tipo ovo/galinha, engendrado pela própria concepção original da revista. Concebia-se que a revista, na medida em que fosse alimentada pela produção dos agentes de base, estimularia as pessoas

a escrever sobre sua experiência. Na prática verificou-se que as pessoas não escreviam, portanto a revista não era alimentada e portanto... era incapaz de estimular as pessoas a escrever.

Ora, ou bem uma publicação estimula o debate através de seu conteúdo editorial concretizado a cada edição, ou são absolutamente inúteis as intenções de debate e as solicitações formais de contribuição. Ou seja, antes de ser um fórum de debates, a revista precisa ser um produto passível de consumo, de leitura. Antes de e a fim de conquistar colaboradores, precisa conquistar leitores. O que implica em clareza, e qualidade editorial que, no conteúdo e na forma, sejam capazes de despertar e responder aos interesses dos leitores potenciais de "Proposta".

A questão de determinar a faixa onde se situam os interesses e indagações do leitor potencial conduz à discussão do segundo problema. Embora não tão flagrante no momento do lançamento da "Proposta", há um elemento na presente conjuntura que salta aos olhos e é altamente relevante para os que desenvolvem experiências de base: o fato de que o Movimento Popular não é mais uma virtualidade, e sim uma realidade concreta. Hoje, as camadas trabalhadoras se apresentam na sociedade e expressam seus interesses através de instrumentos muito concretos de luta e organização.

Portanto, a referência dos que se engajam em trabalhos de base não pode mais se assentar simplesmente em projetos, idéias, intenções ou métodos, mas tem de necessariamente levar em conta as formas reais de existência do Movimento Popular e suas exigências concretas.

Se o novo vigor dos movimentos sociais os situa não só como pano de fundo, mas como ponto de referência e convergência das práticas de intervenção social e educação de base, é evidente que isso por si só tende a universalizar a discussão em torno dessas práticas, no sentido de que cada vez mais ela incorpora de forma substantiva a discussão em torno das questões postas pelo próprio desenvolvimento concreto do Movimento Popular.

Colaborar no campo da produção e veiculação dos subsídios necessários ao debate concreto a cerca do conteúdo e formas do processo atual de luta e organização das camadas trabalhadoras, é hoje uma exigência, um desafio e uma nova "Proposta".

MOVIMENTO DE BAIRROS

COMPROMISSO NO COTIDIANO

Erminia Maricato*

"Não vamos negar que os intelectuais têm instrumentos de análise científica da realidade política e econômica. Mas sua relação com os movimentos de bairro tem que partir dos valores e do estágio em que se encontra o pessoal do bairro. Senão, a relação é uma forma de dominação de cima pra baixo".

P: - O clientelismo, tem penetração nos movimentos de bairros, isto é, os coronéis urbanos, os políticos oportunistas e carreiristas influenciam e conseguem manobrar? Avalie o papel que eles desempenham e o alcance deles.

R: - As eleições mostraram que os políticos oportunistas, carreiristas, realmente têm muito espaço. A votação do Samir Achôa, da Nodeci Nogueira e do Arthur Alves Pinto é surpreendente. As administrações regionais são profundamente corruptas. Conversei com um alto funcionário da Prefeitura e ele falou que elas consti-

tuem uma gang, ninguém consegue intervir. E acontece que cada regional fez campanha eleitoral para um candidato. A regional de Santo Amaro, por exemplo, quando o pessoal do bairro ia fazer alguma reclamação, algum pedido, eles diziam: nós temos candidatos: vamos pôr pedregulho nas ruas se vocês levarem o Arthur pra lá, levarem faixas. E realmente isto foi feito em vários bairros, passaram máquina nas ruas, puseram pedregulhos e o Arthur teve uma votação maluca.

* Arquiteta e Professora da Universidade de São Paulo. Participa há vários anos de movimento de periferia e é autora de estudos sobre autoconstrução e sobre a proletarização do espaço urbano sob a grande indústria. Produziu um filme sobre o movimento de loteamentos. Esta entrevista foi dada ao Jornal EM TEMPO nº 42, logo após a campanha eleitoral de novembro. Publicamos com algumas modificações feitas pela autora.

A esquerda precisa se dar conta que o clientelismo é uma coisa viva, acesa demais. Veja nas regiões do loteamento clandestino: os três candidatos citados tiveram mais votos do que qualquer outro. Então há as Sociedades de Amigos de Bairro e as Administrações Regionais como força real e concreta do clientelismo. Quando houver uma reformulação partidária é provável que levemos um susto, por enquanto a coisa tá fácil, ou se é contra ou a favor do governo. Se houver uma fragmentação com censura, que as coisas não fiquem muíto claras...

O clientelismo tá e é sério pra esquerda levar em conta, principalmente os setores mais "doutrinários" ou "apressados". Quer dizer, a hora que você está no movimento de bairro, a posição de quem é de fora não deve ser de quem está de fora. Deve ser a de assumir a perspectiva lá porque se se vai com uma proposta política fechada junto a setores politicamente atrasados, pode-se incorrer numa relação de dominação - uma forma de dominação de outra qualidade, mas é uma forma de dominação de cima pra baixo. Não vamos negar que os

intelectuais (no sentido amplo) têm instrumentos, que dominam certos elementos científicos de análise da realidade política e econômica, que devam ter uma proposta que é sempre mais avançada, que organiza e aponta perspectivas. Mas a sua relação tem que ser necessariamente dialética, partindo dos valores e do estágio em que se encontra o pessoal do bairro. Isso implica em às vezes até prestar serviço que é algo visto com muito pruído por parte da esquerda. Por exemplo, no caso dos advogados de loteamentos clandestinos. Levam uma proposta política e prestam um serviço. Não é um trabalho puramente doutrinário e quem tentou uma relação puramente doutrinária não foi bem sucedido. É preciso se comprometer com o cotidiano do pessoal sem perder de vista seu papel.

Isso é um negócio antigo: tem que se dar instrumentos para formar uma liderança com autonomia lá. É exatamente o que se pode contrapor ao clientelismo. Estas eleições mostram que os setores populares em geral não votam ainda no programa. Mesmo a votação dos candidatos do aumento do custo de vida, foi uma escolha que teve um caráter ideológico claro, mas não pode

mos dizer que foi em cima de um programa.

O perigo que vejo da atuação nas SABS é que começa a se confundir os meios com os fins, isto é, ela não é vista como instrumento para a organização independente e autônoma do bairro, mas a importância é deslocada para a tomada do aparelho em si, como forma de conquistar poder. Usam-se até mesmo argumentos que comparam sua "tomada" com a "tomada" do sindicato das mãos do pelego. Vesguice? Não, concepção até certo ponto autoritária de que o poder se "toma" através da conquista de aparelho como SABS. Temos insistido que não importa o nome da Associação ou Sociedade mas seu caráter de organizadora e representante democrática de base. No caso de SABS convém lembrar que além de um passado criticável desde suas origens (populistas) há uma estrutura oficial cuja tendência é absorver e controlar as unidades, que congregam só em São Paulo mais de três mil SABS, com plenários regionais e até mesmo uma reunião geral anual que congrega todas as unidades onde comparecem Prefeito, Governador, etc. numa autêntica festa que revela o

caráter de toda a máquina montada. Isso não impede evidentemente que haja experiências bem sucedidas realmente representativas, mas é preciso não perder de vista sua importância numérica em relação ao conjunto de milhares de SABS em mãos clientelísticas.

"A Igreja é a grande organizadora dos movimentos de bairro em São Paulo, não tenha dúvida. Sem ela, não existiriam os movimentos populares que existem hoje, eu diria em 90%."

P: - Há correntes políticas que consideram que o movimento de bairro é puro reformismo - não resolve os problemas mais estruturais das classes trabalhadoras e serve como paliativo, propiciando uma participação política ilusória. O que você acha disto?

R - Eu não considero o movimento de bairro reformista. Ele pode ser paliativo, dependendo de como se der a orientação. Alguns setores da Igreja - num documento que defendia o voto nulo, por exemplo diziam que política correta é a que o povo faz, e não a da burguesia, a dos políticos e tal. Aí neste caso, o trabalho de bairro

está de fato propiciando uma participação política ilusória, se ele diz que não tem nada a ver com o poder que está aí. Tanto por parte de quem defende o populismo - "política é a que o povo faz" - quanto por parte do pessoal que defende unicamente a organização operária, coloca-se uma falsa questão. Acho que a organização operária é fundamental, mas ela não existe isolada se você esquecer da organização em geral de todos os movimentos populares.

Vejo ainda que existe um perigo atualmente, nos movimentos de bairro, que se engajaram na campanha eleitoral, de enxergarem uma saída no MDB, dentro do parlamento, isto é perigoso. A esquerda sempre discute que o fundamental não é a luta do parlamento, mas de repente pelo que estou vendo, tá todo mundo embotado nos diretórios do MDB, em torno de candidatos... Uma coisa é a opinião, os discursos. Outra coisa - e isto está faltando - é uma discussão em cima da prática concreta. Uma herança destes anos todos de ditadura é a gente conversar as coisas muito no nível da intenção, da proposição política e a prática às

vezes contradiz o discurso. Outro problema sério é que o movimento de bairro depende da conjuntura, ele não consegue se desenvolver, por exemplo, se você não conseguir dar uma perspectiva de participação política efetiva - um canal de participação que pode ser partidário, etc. - aí realmente ele corre o risco. O movimento está crescendo muito e pra superar a situação geográfica dos bairros é necessário criar formas de participação política e isso depende da conjuntura. Então ele deixa de ser reformista dependendo da direção e também da conjuntura.

P: - Que papel desempenha a Igreja Católica neste contexto? Sua atuação é positiva? Quais os limites que representa? A Igreja Católica em São Paulo age como um conjunto homogêneo, ou há diferenças no engajamento do trabalho de bairro (há forças reacionárias)?

R: - A Igreja é a grande organizadora dos movimentos de bairro em São Paulo, não há nenhuma dúvida. Além do aspecto de ser uma instituição que se organiza pela cidade toda, de ter uma infra-estrutura, um local de fazer reunião, tem um certo respaldo. Então se você

está num trabalho de bairro e quer fazer uma reunião fora da Igreja é difícilimo. Mesmo que as pessoas concordem não tem local.

Do ponto de vista político a Igreja de forma nenhuma é homogênea. Há diferenças profundas no engajamento do trabalho de bairro e as eleições mostraram bem isso. Havia dentro da Igreja posições de voto nulo - mais aprofundadas, respeitáveis: de voto nulo - daquelas bem moralistas de não se envolver na política que está aí, que não tem nada a ver com o povo. Só entre estas duas posições - de voto nulo - já há muita diferença. E haviam posições contrárias, padres que se engajaram na campanha eleitoral. Depois há ainda os setores reacionários.

Eu não estou julgando as linhas da Igreja. Sem ela não existiriam os movimentos populares que existem hoje, eu diria em 90%. Então vamos dizer que eu estou constatando isto, isenta de julgar, é uma situação objetiva. Agora, uma das limitações é o passar da reivindicação para o plano político de discussão da questão do poder.

A discussão que estamos fazendo, quando falamos em montar núcleos independentes, se referem também à Igreja. Não se trata de um rompimento, inclusive grande parte do pessoal é cristão. Isto é só o começo da discussão.

"Movimentos de bairros e de fábricas não se excluem, se complementam. Elevar o nível político do trabalho de periferia é realmente discutir política. É colocar a questão do poder, da organização".

P: - De que maneira o processo de desenvolvimento urbanístico do Brasil nas últimas décadas determina a precariedade das condições de vida nos bairros populares?

R: - Eu fiz um estudo que mostra que a periferia da grande São Paulo, como existe hoje, começa a se desenvolver em 1940. Mas foi a partir do ingresso da grande indústria multinacional que se inicia a proletarização do espaço como se vê hoje. Você tem um espaço que do ponto de vista do conceito urbano, não é urbano. São casas, pura e simplesmente, pre-

cárias, se estendendo por grandes regiões. Não há serviços urbanos, comércio, enfim, toda parte de infra-estrutura urbana. A população se instala, são verdadeiros acampamentos. Isto muito como resultado deste objetivo político e econômico do desenvolvimento da acumulação do capital onde o Estado ignora a instalação das grandes massas na cidade (que é fundamental à acumulação de capital porque garante o exército industrial de reserva). Então essas massas se instalam a custa de seus próprios recursos. Entre 50 e 60 o ABC, Diadema, Guarulhos, Osasco, são regiões que crescem ao redor da capital. Em meados da década de 60 o processo começa a extravasar. A indústria sai para um raio de 100, 200 quilômetros. Aí também se dá a proletarização do espaço, onde podemos citar Jundiaí, Campinas, muito mais recentemente Sorocaba e também nesta década a área de São José dos Campos.

Então este tipo de crescimento extremamente precário, as pessoas construindo as próprias casas, água de poço, esgoto a partir de fossa, não há telefone, não há correio, não há pavimentação nas ruas, não há ga-

leria de águas fluviais, não há postos de saúde, tudo o que seria necessário. As escolas numa certa medida, acompanham o crescimento mas precariamente. O único equipamento do Estado que se instala em loteamento clandestino é o grupo escolar.

As favelas em São Paulo, até pouco tempo, eram significativas, mas não tanto como no Rio de Janeiro. Mas nos últimos anos o crescimento é absurdo. Não ocorrem como no Rio onde são imensas favelas. Aqui você tem pontilhada a cidade inteira da periferia. É preciso começar a estudar a favela como o lugar do fulano integrado, é a força de trabalho, nada de marginalização. Tudo isto leva a condições de vida muito precárias e prepara as condições objetivas para os movimentos de bairro.

P - Qual a diferença básica entre o movimento no local de trabalho e o movimento no local de moradia, a seu ver? Eles são excludentes ou se complementam?

R: - Bom, o local de trabalho quando no caso é uma fábrica realmente propicia (não garante) um nível de organização e

consciência mais avançados. Agora, eu acho que numa situação onde há uma imensa população pobre como é o nosso caso, a grande São Paulo, onde mais ou menos 75% da população tem renda familiar abaixo de cinco salários - há um potencial muito grande de mobilização que teria na classe operária a liderança, o setor mais avançado. Acho que estes movimentos se complementam e de forma nenhuma são excludentes. Muita greve de fábrica surgiu a partir das comissões de bairros, na Zona Leste-Sul, por exemplo. São pessoas que trabalham na mesma fábrica ou em fábricas diferentes, que trocam informações através do trabalho de bairro. Na prática realmente, apesar da rotatividade, há uma população que é predominantemente operária e levam a organização do bairro pra fábrica e vice-versa. É necessário para o movimento de fábrica ter o respaldo do movimento de bairro. Como se arruma, por exemplo, fundos para uma greve? Como foi em Itu? Nos bairros, há donas-de-casa que são incríveis, são ultra-atuantes nos movimentos de bairros. Já no movimento operário, as mulheres não têm tantas chances

quanto os homens, pela própria constituição do operariado em número de homens e mulheres.

Na luta de bairro, claro, existe o perigo da reivindicação parar na reivindicação. Por isto eu digo que o trabalho de bairro não é como o de fábrica, ele é disperso e depende bem mais da direção. Agora, é difícil hoje no Brasil, mesmo o trabalho de bairro não ser político. Por exemplo, quando a população de um bairro se organiza pra reivindicar água na SABESP, ela na verdade está contrariando uma política do Estado que é de não aplicar na reprodução das camadas populares. Quer dizer, o Estado aplica no sentido de reprodução do capital. Às vezes ele é o próprio capitalista ou então agente do capital, repassa para os setores privados, prepara condições, infra-estrutura para acumulação do capital, etc. Então na medida que o Estado no Brasil não tem recursos abundantes, ele tem que resolver: ou ele aplica na reprodução da força de trabalho ou no processo do desenvolvimento do capital. No Brasil, após 64, a opção é clara. Antes ele fazia um jogo, ora aqui, ora ali. Se ele aplica na reprodução do ca

pital e você tem um movimento com força exigindo que o transporte melhore, asfalto, água, etc. isto é contrariar a própria orientação política, é a própria sustentação econômica do regime que vai entrando em jogo. Não quero deixar de dizer que o movimento deve buscar assumir o nível da consciência política, estrito senso mas apenas que nesse tipo de movimento emerge claramente a consciência da luta de classes.

P: - Como fazer a vinculação entre o trabalho de bairro e o fabril? Tem havido resistência a isso? Como elevar o nível político do trabalho de periferia? Como foi a campanha eleitoral?

R - Eu acho que elevar o nível político do trabalho de periferia é realmente discutir

política. É colocar a questão do poder, da organização. Agora, as formas... Por enquanto eu gostaria de dizer só que é necessário criar núcleos independentes no trabalho de bairro, núcleos que organizem e tenham uma perspectiva política. No processo eleitoral, o próprio Movimento do Custo de Vida - que se colocava como não sendo contra o governo - se viu envolvido numa campanha onde as palavras de ordem realmente eram contra o governo. Ele teve que se envolver politicamente. O processo não se deu tão envolvente no movimento de bairro quanto se houvesse televisão ou rádio. Muitos bairros não foram alcançados porque realmente você tem que vencer distâncias física aliada à ausência de canais de participação.

NÓS E A TRILATERAL
OU
SEU ANTONIO VAI A ROÇA

Thomaz Miguel Pressburger *

Maurice Goldring inicia seu "Democratie Croissance Zero" (Editions Sociales-Paris, 1978) dando conta de sua estupefação ao travar contato com publicações da Comissão Trilateral cerca de três anos após de constituída e operante.

Nós, ressaltadas breves e pouco elucidativas referências que vez por outra surgiram, principalmente em pronunciamentos de alguns membros da hierarquia da Igreja, nada mais sabíamos acerca do assunto. "Trilateral" parecia qualquer coisa como um acordo comercial ou um vago protocolo sobre tarifas alfandegárias, sem maior interesse no noticiário dos jornais.

Em fins de 1977, início de 1978, em andanças por bibliotecas especializadas na Europa e também em conversas, subitamente nos demos conta estar a humanidade diante de um movi-

mento dentro do sistema capitalista, que certamente irá de terminar este fim de século. A partir de indagações, finalmente pudemos participar de um improvisado simpósio, já agora com vasto material, como se diz, "de primeira mão", e duas coisas nos ficaram claras: primeiro a nebulosidade em torno da Comissão Trilateral se dava não apenas no Rio de Janeiro, mas também em Roma, Paris e Genebra (no tanto que pudemos verificar) sabia-se vagamente de sua existência como algo não mais importante que devaneios literários de nomes como Samuel P. Huntington, Michel Crozier e mesmo de Zbigniew Brzezinski. Segundo, a comissão existia, tinha um endereço, publicava livros, revistas, boletins e... determinava ou pretendia determinar uma política mundial.

*Advogado, assessor da CPT-RJ.

Já agora, existe um esforço em aprofundar, quanto mais não seja, o conhecimento acerca do assunto e algumas poucas publicações em português estão acessíveis. Mas, e ainda surpreendentemente, patrocinadas por órgãos ligados à Igreja Católica. Especificamente, chamamos atenção para um artigo de José Fernandes Dias (Comissão Trilateral: a "Nova" Fase do Capitalismo Transnacional e dos Direitos Humanos) na Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 38, fasc. 149, março de 1978; e, para "A Trilateral - Nova Fase do Capitalismo Mundial" editada por Hugo Assmann, pela Vozes, em 1979. Fora do âmbito da Igreja, pode-se detectar alguns poucos pronunciamentos de políticos, que começam a incorporar a Trilateral em suas linhas de argumentação. Assim, a 22 de abril de 1979, o JB dá conta de que o Senador Teotônio Vilela, num ciclo de debates, discorreu sobre recomendações da Comissão Trilateral aos governos dos países do 3º mundo.

De certa forma, tudo ainda bastante nos limites da divulgação, existindo por percorrer um vasto espaço para análises e críticas, e principalmente

para correlações com a conjuntura deste lado do hemisfério.

A data oficial de instituição da Comissão é de 1973. Mas bem antes, pelo menos em 1970, já se poderia sentir que a crise atravessada pelo sistema era encarada de maneira não uniforme nas potências capitalistas. O melhor sintoma disso - verdade que à época ainda não se lhe poderia atribuir este valor - foi o famoso "Relatório Rockefeller" (no Brasil editado pela Record sob o título "As Condições de Vida nas Américas" em 1968). Nas diversas recomendações do Relatório, endereçadas ao Presidente Nixon, são contestadas posições políticas e econômicas vigentes nos círculos dirigentes norte-americanos, e propostas alternativas bastante pouco ortodoxas, do ponto de vista com que se encara ou encarava o "imperialismo". Verdade que o Relatório não passou de mera peça literária durante algum tempo. A disputa entre "pombas" e "falcões", ridículas e inexpressivas denominações das facções estadunidenses, a guerra do Vietnã, a "realpolitik" do "herr doktor" Kissinger, desestabilizações de regimes sul-americanos, não permiti-

tiram a visualização das contra
dições dentro do sistema.

Talvez a "bomba" de Watergate, corriqueiro fato de espionagem política tão frequente quanto insignificante dentro da ética capitalista, fez com que pri
meiramente se atentasse para a mudança profunda que iria de
terminar daí para diante o dire
cionamento de todo o sistema.

O próximo passo foi a eleição de Jimmy Carter, criador nomi
nal da Comissão Trilateral, e ao mesmo tempo criação desta comissão. Daí para diante, o en
dereço de 346 East 46th Street - New York, N. Y. 10017 deixará a fantástica Wall Street em con
dição de mero beco de "basfond" suburbano.

"A Trilateral é um clube de ri
cos que tem de defender seus in
teresses, não por mais uma déc
ada, mas por mais um século, apli
cando a seus negócios mecanis
mos que afastem antagonismos".

Sem aprofundar históricos, de resto já ao alcance dos inter
sados nas publicações citadas, procuraremos nesta primeira
abordagem, suficientemente su
perficial para suportar quais
quer críticas e contestações,

passar adiante opiniões mais do que informações ou mesmo análi
ses científicas.

Começar dizendo que o sistema capitalista atravessa uma cri
se sem paralelo em toda sua história é acaciano e repeti
tivo. Mas chamar atenção para que a soma de todos os ciclos de superprodução já registra
dos, e que acarretam crises ao sistema capitalista, nem de leve se compara com a criação de excedentes econômicos de a
penas um ano de atividade do atual sistema, já é suficiente para se avaliar o tamanho da crise.

Em seguida, quando se verifica que os mecanismos tradicionais, dos quais a guerra de re
distribuição de mercados era o mais eficiente, não tem maior valor para repor o capitalismo em uma situação favorável, po
de-se iniciar a pesquisa sobre os novos mecanismos.

E, por último, quando se depa
ra com a "desegemonização" do sistema capitalista em termos mundiais, inelutavelmente ten
do de conviver com o sistema socialista e com nações emer
gentes que certamente não optam pela via capitalista, inicia-se o entendimento da Comis

são Trilateral.

E este início pode ainda basear-se em textual explicação de Zbigniew B. que caracteriza a Trilateral como "um clube dos ricos, que tem de defender seus interesses, não por uma década mas por mais um século pelo menos, aplicando a seus negócios mecanismos que afastem antagonismos" (entrevista à "Política Externa"- Roma, novembro 1976).

" A proposta trilateralista é baseada não só na permanência do sistema, como no seu aperfeiçoamento extremado".

Concretamente, preconiza a Comissão Trilateral, sob o nome de INTERDEPENDÊNCIA uma vasta divisão mundial de trabalho, com definições de todos os interesses concernidos, sendo o resultante desta produção colocado ao alcance de toda a humanidade. Mas para tanto, certos conceitos obsoletos, como nacionalidade por exemplo, deverão ser substituídos e subordinados aos interesses comuns. Ou seja: o que até agora não passava de ficção futuroológica de certos autores, a produção mundial

dirigida e controlada por imensos conglomerados transnacionais que explorariam ramos específicos. As previsões trilateralistas são apocalípticas, vendo a humanidade ameaçada por devastações ecológicas, explorações irracionais, conflitos de classes, crescente miséria, etc., mas ao ofertar a solução, oculta ser ela baseada não só na permanência do sistema como no seu aperfeiçoamento extremado, o que leva à permanência das sociedades divididas em classes. E mais, extrapolando as classes para âmbito mundial, a divisão de nações por classes produtivas acima delas pairando uma pequena cúpula diretiva e conseqüentemente exploradora, multi ou melhor transnacional. Desta forma, a competição interimperialista estará livre de seus efeitos predatórios e retaliantes; o risco de guerras afastado; os ciclos de acumulação garantidos; e a luta de classes relegada a um passado, vez que a abolição de uma burguesia nacional retiraria do operariado o arqui-inimigo visível, palpável e derrotável.

Com relação aos países socialistas, acordos e detentes po

riam diques a qualquer possibilidade de expansionismo ou "exportação" de ideologias exóticas. Quanto às nações que buscam sua independência, e que no momento não estão alinhadas ao sistema capitalista, num futuro próximo inevitavelmente neletteriam de ingressar por força compulsória exercida pelo amplo mercado mundial.

simplificadamente, aqui estão alguns pontos básicos da ideologia trilateralista, bastando recheá-la com vagas digressões sobre direitos humanos, luta contra a pobreza extrema, pluralismos políticos e outras que tais.

Mas, vamos ao que nos interessa de perto.

"As ditaduras sanguinárias e violentas têm demonstrado ser um entrave ao capitalismo moderno".

Se, numa época anterior a Watergate, a desestabilização dos regimes populares na América Latina era um ponto básico para o eficiente funcionamento do sistema, muito rapidamente as ditaduras sanguinolentas e autocráticas demonstraram ser um entrave

ao capitalismo moderno. Tal como, hoje em dia, o coronelato no interior goiano é um entrave à capitalização agrária, o "coronelato nacional" deixou de ser um aliado para se tornar um peso à modernização do sistema, e como tal deve ser substituído. Claro que lenta e gradativamente... Mesmo porque, sua brusca deposição poderá acarretar a incontrollada ascensão de ideais populares, e a reposição seria pior que o status quo".

A passagem das ditaduras para um regime outro, necessariamente será antecipada por medidas no terreno econômico, garantida a Interdependência permanecer como ideologia de governo, mesmo depois da transição. Neste ponto, dois aspectos parecem-nos essenciais para uma tentativa de compreensão de nossa conjuntura: a atuação das transnacionais e o modelo político adequado à substituição do regime.

Ao contrário do que ocorria, o extremado nível de exploração e repressão da classe operária nos países desenvolvidos, não é imprescindível para a acumulação capitalista. Hoje em dia, o papel de "repressor mundial"

dos Estados Unidos ou qualquer outra potência, é discutível do ponto de vista econômico, e diferentemente do "imperialismo" (denominação dada por Lênin à etapa superior do capitalismo e por Hinpferding ao "fi nantzkapital"), a nova fase do capitalismo não mais necessita exercer ação de rapinagem sobre os países fornecedores de matérias-primas, a eles impingindo manufaturados. Se tal situação é ainda detectável aqui ou alhures, é resquício de um passado de todo desnecessário ou irrelevante para a economia das potências desenvolvidas. A superexploração da mão-de-obra e consequente apropriação da "mais valia", é agora feita nos países subdesenvolvidos cujos regimes cordialmente se sujeitam às transnacionais, permitindo-as exaurir a força de trabalho dos "nativos". Isto faz com que nos Estados Unidos e na Europa desenvolvida, a classe operária tenha atingido um relativo padrão de conforto, a tal ponto de aparentemente barganhar em condições de igualdade com o alugador de força de trabalho. Incidentalmente, esta aparente superação da tese econômica marxista é um dos fatores que vem

gerando revisões tipo "Novos Filósofos" que se esforçam por comprovar que o marxismo "já era".

Com relação à rapinagem colonial, ela tampouco é relevante, já que as colossais empresas estão transformando industrialmente as matérias-primas no próprio local de produção, preferindo lançar no mercado mundial o produto pronto e acabado. É claro que ocorreu uma substituição: ao invés de influir no produto pronto o aviltamento do preço da matéria-prima, pesa agora (negativamente) o preço da força de trabalho e as manobras cambiais e fiscais de comum acordo encetadas pelas multinacionais e os regimes do Terceiro Mundo. Também incidentalmente, e só para comprovação matemática, é interessante o confronto de preços de mercadorias por exemplo da GM nos Estados Unidos e aqui. Aplicando-se a diferença Cambial e a taxação, o preço de um produto fabricado nos Estados Unidos é o mesmo deste produto fabricado aqui. Portanto, pode ser vendido em qualquer país sem que haja a menor diferença para a GM. Ou melhor, existe uma diferença e grande:

ela paga muitíssimo menos pela força de trabalho do operário brasileiro na produção desta mercadoria, como também obtém à título de "incentivos" vantagens subsidiárias que não existem na matriz.

Em decorrência, resta estabelecer dentro da interdependência, quais os papéis que tocarão a cada conjunto, até agora denominados de nação.

"Dentro das concepções trilatralistas, a comercialização de alimentos é um grande negócio e, portanto, não deve ficar no espontaneísmo".

No mundo conhecido como desenvolvido, ou o 1º mundo, de uma certa forma já está estabilizada a produção nos seus ramos. Os imensos investimentos efetuados, a tecnologia desenvolvida, a formação de uma mão-de-obra adequada, faz com que não se possa pensar em alterações substanciais, mesmo porque socialmente seria imprevisível a crise que isto poderia gerar. Na Europa e nos Estados Unidos, o que se convencionou chamar, de forma muito pouco histórica, de vocação industrial, fez por ocupar os territórios dispo-

níveis com instalações produtivas e desenvolveu uma urbanização compatível. Da mesma forma, ocupou a mão-de-obra disponível em atividades industriais ou então no setor terciário de prestação de serviços em nível superior (para diferenciar da prestação de serviços subdesenvolvida como engraxate, carregador, etc.). No Japão, fenômeno semelhante ocorreu, com a agravante de pouquíssima disponibilidade de território e uma superpopulação aglomerada nas cidades. Em ambos os casos, a tendência é o desaparecimento de terras agriculturáveis e, o que é mais grave do ponto de vista do sistema, do campesinato, mão-de-obra baratíssima. Em contrapartida, a ascensão do padrão de vida norte-americano e europeu, faz crescer ininterruptamente a necessidade de consumo, primeiramente de alimentos básicos.

Dentro das concepções trilatralistas, é um excelente negócio e portanto não deve ficar no espontaneísmo, a comercialização de alimentos. Grandes grupos, em nível mundial precisam orientar e planificar a produção. Compete a esses grupos a distribuição em nível

internacional, para abastecimento de todos os mercados, daqueles produtos de consumo em constante crescimento.

Foi, graças a isto, graças ao crescimento da demanda de alimentos e à inelasticidade de crescimento da produção na Europa, Estados Unidos e Japão, que ingressamos na era trilateralista.

"Em alguns círculos europeus, já em janeiro de 1978 dava-se como certo o nome do futuro Ministro da Agricultura".

Em alguns círculos europeus, já em janeiro de 1978 dava-se como absolutamente certo o futuro Ministro da Agricultura do Brasil, em que pese o noticiário local apontar Delfim como candidato.

E mais, dava-se como certo o programa deste ministério: 1) a reorganização da propriedade agrícola, SEM REFORMA AGRÁRIA, num lema de "terra para quem produz" ao invés de terra para quem trabalha; 2) a ocupação de espaços, especificamente no Paraná (considerada uma das melhores regiões agrícolas do mundo), Espírito Santo e Sul da Ba

hia e São Paulo; 3) localização da pecuária no interior e na Amazônia legal, liberando terras mais próximas às vias de transporte para agricultura; 4) "investimentos" pesadíssimos de grandes grupos no setor agrícola, compreendendo, toda a linha de produção, estocagem, transporte, comercialização, seguros e financeiros; 5) reorganização do pequeno produtor (aqui entendido como produtor modernizado) para atendimento do consumo interno. E mais, já era alardeado o naipe de produtos agrícolas que teriam assegurado o seu crescimento: cacau; café, algodão, soja e oleoginosos, possivelmente arroz e, em estudos, os laticínios.

Em contrapartida, a industrialização de bens de consumo duráveis seria estagnada e aos poucos revertido o fluxo de produção; certo, porém que em nenhum outro país da América do Sul seria estimulada a implantação de indústrias, garantindo-se progressivamente o abastecimento dos mesmos pelas indústrias localizadas no Brasil. Mais recentemente, um outro produto acrescentou-se à lista de prioridades: a cana-de-açúcar, numa manobra das multinacionais para ocuparem o

espaço aberto pelo álcool mo-
tor.

Tivemos a tentação de alinhar os pronunciamentos do Ministro Delfim Neto, e as medidas já postas em prática ou anunciadas, a fim de serem confrontadas com as preconizações da Comissão Trilateral; mas, o óbvio ressaltou com tamanho vigor que não justificou este trabalho.

Finalmente, queremos abordar um ponto que é decorrência lógica dessas observações. Numa tão grande guinada econômica, o modelo político anterior torna-se inteiramente inadequado. E, nisso também são inegáveis todos os sintomas.

Pela leitura de todas as proposições contidas nas inúmeras obras editadas pela Trilateral, o sistema almeja um modelo político que aparente o máximo de liberdade e pluralismo, mas cuja essência seja o mais eficaz controle por parte do Estado garantindo a tranquila e normal execução do programa. Mesmo que superficialmente possam ocorrer manifestações de oposição ou contestação.

Provavelmente o melhor de todos os modelos atuais é a social democracia alemã, que criou para

o cidadão individualmente um nível de dependência ao Estado, de tal forma que hoje estão praticamente esterilizados todos os movimentos sociais. Maurice Goldring (na obra citada) traça paralelo deste regime com as tentativas de implantações semelhantes nos outros países europeus, especialmente França, Inglaterra, Holanda e Itália onde ainda existe uma reação contra as quebras de liberdades consideradas intocáveis.

"Em que medida a social-democracia poderia funcionar como modelo político adequado à sustentação do regime?"

No rejuntao de todos os fragmentos, surge uma grande interrogação. Paralelamente com a campanha de Jimmy Carter em prol dos "direitos humanos", observou-se o surgimento de uma idéia totalmente nova no Brasil: a social democracia. Sem o menor embasamento histórico ou social na nossa realidade, quase que repentinamente os a rautos social democratas passam a ocupar vastos espaços de noticiários inclusive em publicações circunspectas que usual

mente afrontariam a idéia.

Em que medida a social democracia poderia funcionar como modelo político adequado à sustentação do regime?

Sem grande necessidade de se retroagir ao ideário da II Internacional, sem esmiuçar as polémicas com os renegados Kautskys e outros, quase que mecanicamente, ou melhor mecanicistamente, é de se lançar uma olhada em volta. Teria sido uma mera coincidência a expulsão de Brizola do Uruguai, seu pronto acolhimento pelos Estados Unidos e em seguida o seu envio para os acalentadores braços de Helmuth Schmitdt? Ou ainda, usando uma imagem bastante em voga ao fim da primeira guerra mundial com relação ao trem blindado que levou Lenine à URSS, o torpedo Mário Soares disparado contra a revolução dos cravos vermelhos. Ou ainda, o envolvimento ou tentativa de envolvimento de Pepe Gonzales na bandeira social democrata como alternativa de uma Espanha pós-franquista. E, de novo voltando às nossas plagas, casual um semi-clandestino encontro entre social democratas latino-americanos e europeus em meados de 1977, com subsequente peregrinação de deputa-

dos, senadores, e políticos menores a Bonn? E, o que dizer da triunfal visita de Perez da Venezuela ao Brasil, investido no papel de garoto propaganda e arauto da abertura?

Ao que parece, esses movimentos foram suficientes para deflagar não só na imprensa que se chamava alternativa, como também na grande imprensa, o rápido e eficaz tráfego de idéias aparentemente, adormecidas se não realmente mortas, e que está culminando com festivas discussões sobre PTBs, PSs., e quejandos.

A par desse sopro, que não deixa de ser inovador depois de quinze anos de trancamento, já não se percebe com tanta clareza que uma palha sequer do aparelho repressivo foi desmantelado, o mais insignificante privilégio das multinacionais foi ameaçado, o menor passo que possibilite a atuação política das classes trabalhadoras foi franqueado. É verdade que as greves já não são reprimidas sanguinolentamente (mesmo porque não se arvoram em greves políticas); os plásticos de anistia são permitidos nos para-brisas e até livros e peças antes proibidos são libe-

rados.

Tal como na reorganização econômica, procura o regime um novo modelo em que se possa estribar e aperfeiçoadamente implantar diretrizes coerentes com as recomendações trilateralistas, que se esforcem por conjurar o apocalipse que se abaterá sobre o capitalismo, segundo suas previsões.

Diante disso, às forças que pretendem atuar politicamente no sentido da superação do regime, cabe levar a fundo a análise das atuais condições, da dinâmica e das contradições. Se por um lado a conjuntura possa parecer desalentadora diante do imenso peso de uma Comissão Trilateral ou do que ela é representante, cabe analisar a situação do outro polo, o polo dominado, e tentar enxergar como sobre ele influem ou influirão as medidas que vão sendo postas em execução.

"As lutas pela Reforma Agrária são taticamente de efeito profundamente devastador sobre o regime".

Abordando apenas um dos pontos, que de momento se reveste de grande significação exatamente

por ser dentro do setor economicamente mais importante para o regime, as lutas pela reforma agrária - e pode-se afirmar, todas e quaisquer concepções reformistas ou não - são taticamente de efeito profundamente devastador. Se, historicamente, a reforma agrária foi uma bandeira liberal burguesa contra formas pré-capitalistas, e desempenhou papel decisivo na destruição do setor mais arcaico do sistema, hoje pode-se afirmar, no caso brasileiro, estar ocorrendo fenômeno diverso. O capitalismo modernizado está se estabelecendo sem haver destruído de um só golpe as organizações arcaicas, mas absorvendo-as e reestruturando-as. Verdade que sobrevivem formas atrasadas de latifúndios, tal como há cem ou mais anos atrás. Mas, econômica e politicamente, preponderam as grandes empresas agro-industriais ou agro-pecuárias, estruturadas de forma moderna e altamente rentáveis dentro das benesses e incentivos outorgados pelo regime, cujo perfil dourado seria a grande empresa de um lado e o "boia-fria" de outro. A grande massa camponesa, que constante e ininterruptamente, vem sendo despojada da terra, cada vez mais se

vê as voltas não mais com coronéis e sim com imensas sociedades anônimas na maioria das vezes multinacionais.

Ao se plantear a reforma agrária, na consciência do campesinato vai se formando com clareza ser a luta não apenas pela apropriação de um pedaço de terra devoluta, sem dono aparente, ou apenas improdutiva. Trata-se agora, de retomar terra que está em mãos de empresas organizadas, e na retomada o mero parcelamento em pequenas propriedades seria um retrocesso. Se, o conceito de socialização possa parecer avançado na atual conjuntura, ele se torna perfeitamente válido e aceitável diante do fato concreto de que não faz sentido, por exemplo, a fragmentação em pequenas glebas de uma usina açucareira ou de um complexo pecuário. Tão sem sentido quanto o loteamento de uma Volkswagen...

A coisa está também perfeitamente estabelecida para o regime, quando taxativamente o Ministro da Agricultura se coloca contra a reforma agrária, sequer tentando demagogicamente captar simpatias do plenário do III Congresso de Trabalhadores Agrícolas, recém realizado em Brasília.

A organização sindical no campo, a legislação trabalhista do trabalhador agrícola, a previdência social rural, são temas de grande importância na discussão que se trava com vistas à política agrária. Mas, provavelmente não atingem a essência do regime, preparado para absorver estas e outras reivindicações, com maior ou menor atendimento. São questões que se situam no terreno do tático, se assim quisermos denominar, e que poderão determinar grandes e importantes avanços na formação da consciência e no nível de organização do trabalhador. Mas, sem dúvida, a grande questão continua sendo e, agora mais ainda, a reforma agrária, na discussão da qual são delineados os pré-requisitos da deposição e substituição do regime. E no curso da qual se colocam enfaticamente outras questões fundamentais, como por exemplo a das alianças, vez que, se ainda não com clareza, a mudança de regime é uma necessidade sentida por todas as classes trabalhadoras, a reforma agrária tem sustentação nos interesses imediatos delas todas. E é no longo caminho da luta pela reforma agrária que se porá em cheque a propriedade capitalista, mesmo

que o objetivo da caminhada não
seja contra a propriedade pri
vada individual.

Na etapa subsequente, no con
fronto entre a propriedade pri

vada capitalista e aqueles que
por ela são oprimidos, será de
lineada a nova estrutura soci
al.

Apesar da Comissão Trilateral.

3º CONGRESSO DA CONTAG: LAVRADORES APERTAM MINISTRO

Um dos pontos altos do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado de 21 a 25 de maio último, em Brasília, foi a noite em que o Ministro de Agricultura, Delfim Netto, se viu diante de uma verdadeira sabatina realizada pelo plenário dos 1500 trabalhadores participantes do Congresso.

Maior encontro de lavradores desde 1961, a importância do Congresso residiu não só no conteúdo das teses aprovadas, expressivo do nível de combatividade e consciência do movimento sindical rural, mas sobretudo no fato de ter sido, como afirmam muitos de seus participantes, um "Congresso saído das bases". O processo de discussão e preparação se estendeu por vários meses e, embora de sinal em termos do conjunto do país, se desenvolveu através de uma sucessão de Encontros locais, estaduais e regionais o que, em algumas áreas, garantiu uma discussão fecunda nas bases e, portanto, uma real representatividade das delegações e suas teses.

No Congresso propriamente os trabalhos se desenvolveram em torno de 5 comissões, cujas principais conclusões, em linhas gerais foram:

- Luta pela liberdade e autonomia sindicais, vinculada à luta pelas liberdades democráticas. Pela anistia ampla, geral e irrestrita. Pela construção da Central Única de Trabalhadores. Pelo fortalecimento do caráter reivindicatório e combativo dos sindicatos, contra o seu caráter assistencial.
- Pelo salário-mínimo unificado. Contra a política de arrocho salarial. Pelo estabelecimento da contratação coletiva. Pelo direito de greve. Pela manutenção da "prescrição bienal". Contra a implantação do FGTS no meio rural.
- Luta pela Reforma Agrária ampla, geral e massiva. Contra os projetos governamentais que favorecem os grandes proprietários de terra e de capital.
- Maiores vantagens para os pequenos produtores. Contra as garantias do crédito agrícola.
- Pela equiparação da Previdência Social, Urbana e Rural.

O debate entre os lavradores e o Ministro da Agricultura, que reproduzimos a seguir, é um testemunho vivo do clima de combatividade do Congresso e do caráter consensual das teses aprovadas.

1- Sr. Ministro, considerando que há mais de 11 milhões de trabalhadores sem terra, que só no Paraná há mais de 800 mil bóias-frias, com média de salário de 50%, que só no Paraná há mais de 800 mil trabalhadores rurais como excedente de mão-de-obra, que no meio urbano há uma infinidade de trabalhadores como consequência do êxodo rural, do desemprego e subemprego, perguntamos como V.Excia. explica a sua colocação no Congresso Nacional de que a agricultura necessita liberar mão-de-obra para a indústria, quando está comprovado nesses 15 anos, que a indústria não conseguiu assegurar o contingente de mão-de-obra que vem do meio rural. (PALMAS)

R: - A pergunta se refere basicamente à idéia de que eu teria dito no Congresso que a Agricultura precisa libertar mão-de-obra.

Realmente, o que eu disse é o contrário. O que eu disse é que a agricultura, pelo menos nos últimos 40 anos, cumpriu adequadamente o seu papel no processo de desenvolvimento deste País. Cumpriu, como? Cumpriu de um lado, aumentando a oferta de alimentos; de outro lado, aumentando a oferta de produtos exportáveis, liberando mão-de-obra e fornecendo capital para que a indústria se desenvolvesse. É evidente que, realmente, a agricultura

liberou mão-de-obra de acordo com as necessidades do País e, nos últimos anos, tem liberado até mais mão-de-obra do que a atividade industrial tem sido capaz de absorver. Mas verificamos que este País não é um País que possa conviver com uma baixa taxa de crescimento. Se nós acelerarmos a produção agrícola como pretendemos acelerar, isto significa em primeiro lugar uma diminuição do ritmo de migração do campo para a cidade e, ao mesmo tempo, um estímulo para a ampliação da atividade industrial. As duas coisas combinadas vão produzir, certamente, a elevação do salário real na agricultura. E é isto o que aconteceu quando o País se desenvolvia rapidamente e o que vai voltar a acontecer no futuro. (SILÊNCIO)

2- Quando o Sr. era Ministro da Fazenda afirmava que os incentivos à agricultura favoreciam o aumento da inflação, o que causou a renúncia do ex-ministro Cirne Lima. Hoje o Sr. afirma o contrário. O Sr. mudou de posição por que? (PALMAS)

R: - Essa é uma pergunta muito boa porque vai me permitir esclarecer algumas coisas. Eu du

vido que em algum período da história do Brasil tenha havido um aumento do crédito à agricultura superior ao que houve entre 1967 e 1973. As estatísticas estão aí e podem ser consultadas. Tanto é verdade que a agricultura cresceu e cresceu muito nesse período. A agricultura cresceu muito rapidamente no período 67/73. A disputa com o ministro Cirne Lima não foi a respeito do crédito agrícola, foi realmente a respeito do preço da carne. (SILÊNCIO)

3- A mensagem 33 enviada pelo Presidente Castelo Branco ao Congresso Nacional, encaminhando o Estatuto da Terra, fala na necessidade de uma Reforma Agrária integral. Em 1970, quando V.Excia. era Ministro da Fazenda, Reforma Agrária para o Governo virou colonização nas áreas de fronteiras do Norte e Centro-Oeste do País. Contudo, são nessas áreas em que a concentração da propriedade da terra mais cresceu em todo o País. Agora, recentemente, V.Excia. de clarou aos jornais que uma Reforma Agrária é inviável. Houve uma reviravolta total na política agrícola governamental de 69 para cá? (PALMAS)

R: - Não. Não houve. A minha posição é exatamente a mesma. Os processos de colonização, embora possam acelerar o acesso à terra, eles não são suficien-

tes, obviamente não são suficientes por não se alterar a estrutura das propriedades. E muito menos, no caso, quando se teve um avanço, ao mesmo tempo, de grandes propriedades. O caso da fronteira agrícola brasileira, hoje, é um exemplo característico disso. (SILÊNCIO)

4- Hoje, 60 policiais estarão provavelmente em Coqueirinho e Cachorrinho, no município de Pedras de Fogo, na Paraíba, para dar cumprimento a uma ordem judicial para despejar 300 agricultores daquelas terras. Esse despejo está sendo promovido pela Usina Central Olho D'água de Pernambuco. Esse despejo de arrendatários irá beneficiar, apenas, um grupo de empresários da cana-de-açúcar. Sr. Ministro, o Estatuto da Terra prevê que será feita a desapropriação em área de grande densidade demográfica, quando houver tensões sociais. Que a propriedade terá uma função social. Por que, então, a Lei não é cumprida, por que o Estatuto da terra não é cumprido? (PALMAS)

R: - Eu acho que este exemplo é interessante, porque vai mostrar como é que estamos procurando agir. A proposição é verdadeira, nós estamos cumprindo uma ordem judicial. No entanto o INCRA está estudando uma forma de ação dentro do Estatuto da Terra. É evidente que nós temos que respeitar as decisões

judiciais. O desalojamento está procedido por uma ordem judicial, e o INCRA vai procurar utilizar o Estatuto da Terra para resolver o problema. (SILÊNCIO)

"A extensão do FGTS à agricultura poderá produzir um desastre".

5- V.Excia. declarou à Revista STATUS que os salários dos trabalhadores rurais caíram quando deixaram de ser assalariados permanentes para ser bóias-frias, pois perderam a casa, a lavoura de subsistência e a criação. A condição de milhares de famílias tornou-se ainda mais miserável. O FGTS causa, certamente, maior rotatividade de mão-de-obra como aconteceu na área urbana. No campo o FGTS causará uma rotatividade ainda maior dos assalariados permanentes, agravando a miséria rural e urbana. Qual a opinião do Ministro da Agricultura sobre a extensão do FGTS ao campo?

R: - Declarei isto mesmo à revista STATUS. O que eu disse é que quando a Lei, procurando proteger o trabalhador, tentou subtraí-lo da propriedade, ela o prejudicou. Disse isto num contexto em que há uma estatística de que o salário real havia crescido, disse isso para corrigir a afirmativa, dizendo,

é preciso corrigir a estatística pelo fato de que os trabalhadores perderam o pedaço de terra em que trabalhavam e no qual eles tinham um salário muito importante. Estou absolutamente convencido de que esse movimento reduziu o salário real da agricultura. Quanto à extensão do FGTS à agricultura, eu acho que existe um impedimento muito importante na sua aplicabilidade ao setor agrícola, exatamente porque a atividade é estacional, é temporária. Sem uma atividade permanente, um sistema como esse poderia produzir um desastre.

6- De acordo com o que foi publicado no Jornal do Brasil, V.Excia. disse que faria a Reforma Agrária de um dia para o outro, só que para cada brasileiro que assentasse na terra, teria que arranjar dois japoneses, pelo mínimo (VAIAS). Perguntamos a V.Excia: baseado em que V.Excia. faz essa afirmação? Gostaria de dizer que os imigrantes japoneses foram colocados em situação desconfortável, nada tendo a ver com a estória. É bom lembrarmos, também, que os imigrantes sempre tiveram um apoio a mais, mas sempre receberam o carinho dos brasileiros.

R: - É muito interessante essa pergunta porque revela uma perfeita tolice. Primeiro porque,

eu não declarei isso ao Jornal do Brasil. Essa proposição é uma estória antiga deste País. Foi contada na casa de um deputado aqui em Brasília. Tinha lá um jornalista, que decidiu fazer uma graça. O que eu disse é o oposto: (GAGUEJA) o que eu disse é exatamente o seguinte: a Reforma Agrária é aquilo que cada um deseja que ela seja. Todo mundo quer, simplesmente dividir a terra? Não. Nós queremos a divisão da terra, a eletrificação rural, queremos o fornecimento de crédito total, o fornecimento de adubo, o fornecimento de sementes selecionadas. Se nós pudéssemos realizar tudo isso, instantaneamente, é óbvio que ninguém poderia ser contra isso, e ninguém é contra a Reforma Agrária, se você entender como dar acesso à terra aos trabalhadores. O que eu sou contra é a idéia tola de que é possível simplesmente e através da divisão, produzir uma modificação substancial das condições de vida dos trabalhadores. Nós temos que fazer muito mais que isso. Não adianta gritar e não adianta bater palmas. Nós temos que fazer muito mais que isso, nós temos que fazer aquilo que todos os países que

conseguiram ter uma agricultura desenvolvida fizeram. Nós temos que estabelecer uma política inteligente e persegui-la. O fundamental é ter uma idéia clara daquilo que deve ser feito; o fundamental é compreender os objetivos finais que devem ser atingidos. Nós não podemos deixar-nos levar simplesmente por palavras. O fato é que a maioria das pessoas se deixa embalar pelo canto da sereia. Nós não podemos realmente confundir os problemas. Se nós queremos ter uma agricultura próspera, é certo que nós temos de dar acesso à terra àqueles que têm condições de cultivá-la. Se nós queremos ter uma agricultura desenvolvida, é certo que temos de dar apoio àqueles que estão produzindo. Mas não podemos, simplesmente, ter a ilusão de que temos as condições de fazer isto da noite para o dia. Nós temos de trabalhar e vamos trabalhar duro, a despeito das dificuldades, a despeito de todos os percalços, para que a agricultura se modernize. E eu volto a insistir, para que aqueles que têm condições tenham realmente o acesso à terra. (PALMAS E VAIAS)

"Não vou fazer reforma Agrária porque ao lado de cada brasileiro eu teria que colocar dois japoneses".

7- Se a ONU e o PAPA recomendaram uma Reforma Agrária em vasta região do mundo, inclusive o Brasil, por que ser contra ela? Em nenhum país do mundo se fez Reforma Agrária através da taxaçoão progressiva da terra, como fazê-la aqui?

R: - Em nenhum lugar do mundo se fez Reforma Agrária que tivesse dado resultados razoáveis no prazo de 10 ou 15 anos, essa é que é a verdade. O fato da ONU e o Papa recomendarem a Reforma Agrária, simplesmente significa a recomendação de que o uso da propriedade tem que atender aos seus objetivos sociais, e é exatamente o que está colocado nas premissas do programa de Política Agrícola. É evidente que nós temos que estimular o uso da terra de acordo com as necessidades sociais. Nada mais do que isso.

8- Sr. Ministro... os agricultores do oeste do Paraná perguntam como vão ficar aqueles que já pagaram promissórias rurais com juros, acréscimos e honorários. Eles também vão receber esses acréscimos na mesma proporção, ou vão perder todo o dinheiro que pagaram?

R: - Esta sim, é uma questão relevante. Esta sim é uma questão importante, esta sim é uma questão que podemos conversar sobre ela e nos entender. Eu lhes disse hoje que eliminamos, estamos enviando ao Congresso Nacional uma proposição que elimina o aval e o endosso dos produtores rurais nas promissórias rurais. Esse problema do Paraná é um problema angustiante, difícil, e que o Governo vai procurar resolver da melhor maneira possível. Eu acho que é um perfeito absurdo impor a um produtor rural que entregou a sua mercadoria de boa fé, que comercializou honestamente a sua mercadoria, que entregou a um comerciante que ele supunha honesto, e ser depois surpreendido e, talvez até por ingenuidade, ter dado o seu aval, ser surpreendido, ainda, com a obrigação de ter que pagar a mercadoria que ele mesmo entregou. Foi exatamente por isso que hoje mudamos, enviando ao Congresso Nacional uma proposta de lei mudando isso. O Governo vai, realmente, procurar ajudar essa gente de todas as maneiras possíveis.

"Sr. Ministro, onde vamos aplicar o crédito se não temos onde plantar?"

9- Professor Delfim Netto, o Sr. falou muito em crédito, não falou em terra. Onde vamos aplicar o crédito, se não temos onde plantar? (PALMAS PROLONGADAS)

R: - Segundo eu suspeito, este Congresso tem várias categorias: tem pequenos proprietários, tem trabalhadores, (GAGUEJA) posseiros, pessoas de várias categorias, que trabalham na agricultura. É claro que o mecanismo de resolver o problema agrícola está basicamente ligado a possibilidade de ampliarmos a demanda de mão-de-obra no setor agrícola. Sem que se consiga isso, nós não conseguiremos resolver nenhum problema de agricultura. Mesmo os trabalhadores ou os posseiros têm muita coisa a ver com isso, porque a expansão do setor dos proprietários, digamos, a expansão daqueles que já possuem terra, a expansão de sua produção, representa uma estabilidade adicional daqueles que ainda não possuem terra. Eu volto a insistir, é objetivo do Governo dar oportunidade de acesso à terra. Temos de fazê-la, entretanto, com inteligência. (SILÊNCIO)

10- Sr. Ministro, o trabalhador rural que não possui terra para cultivar e vai se estabelecer nos arrabaldes dos grandes cen

tros, é assunto também para os economistas desocupados? (PALMAS PROLONGADAS)

R: - Não. Esse não. Esses são assuntos dos economistas ocupados. É deles que nos estamos ocupando. (SILÊNCIO)

11- Sr. Ministro, em Pernambuco, a agricultura de alimentos está sendo substituída pelo capim pangola, com incentivos do Governo, substituindo o homem pelo boi. Como o Sr. explica isso? (PALMAS)

R: - Eu acho que a objeção é absolutamente válida. E essa é uma das coisas que estamos alterando. Realmente, não é concebível que se estimule a expansão da pecuária, onde você tem uma atividade produtiva, a possibilidade de uma atividade produtiva em meios de subsistência, como é concretamente o caso de Pernambuco. É exatamente isso que estamos fazendo. (SILÊNCIO)

12- O Sr. não acha errado que um americano tenha mais de 1 milhão de ha na Amazônia, Ludwig - Jari, enquanto que milhões de brasileiros padecem fome por falta de um pedaço de terra para plantar? (PALMAS)

R: - O que eu acho realmente é que nós temos que encontrar o

caminho de dar acesso à terra . É óbvio que propriedades nessa dimensão não me parece que se jam coisas razoáveis. Não creio também que ela seja dessa dimensão, nós estamos dando o triplo do tamanho. De qualquer forma, eu acho que não é razoável estimularmos propriedades desse tamanho. E exatamente não é intenção do Governo continuar a fazê-lo. (SILÊNCIO)

13- Sr. Ministro, os pequenos produtores produzem mais de 50% da produção de alimentação. Por que irão receber apenas 25% do crédito rural e não 50, que é proporcional ao que eles produzem?

R: - Como eu disse, essa era uma questão de muita importância até algumas horas atrás. Hoje, o crédito de custeio não tem mais nenhum limite. Tudo aquilo que os pequenos produtores, e os grandes também, puderem plantar vai ser financiado. A decisão do Governo Figueiredo foi assim, de eliminar as restrições ao crédito de custeio; para a próxima safra já não haverá nenhuma limitação. Tudo aquilo que for plantado vai ser financiado.

14- Sr. Ministro, as usinas de açúcar do norte fluminense não têm conseguido pagar nem os crê

ditos subsidiados que o Banco do Brasil lhes forneceu. Segundo a imprensa, os técnicos do Banco sugerem que as usinas paguem as suas dívidas com terra. Assim a terra pode ser distribuída a trabalhadores, sem nada custar ao Governo. Sr. Ministro, vai-se distribuir terras a trabalhadores ou serão sustentados pelo Governo empresários que não conseguem se manter?

R: - Aqui o que aconteceu, realmente, é que a proposta do Banco do Brasil, a proposta que está sendo analisada é exatamente o pagamento (GAGUEJA) das dívidas internas. E é óbvio que esse pagamento da dívida interna, se vier a ocorrer, vai representar simplesmente a possibilidade de distribuirmos essas terras, de vendermos essas terras. Não é verdade que o Governo não pagará nada. O Governo simplesmente deixará de recolher a dívida. Vai receber a terra como pagamento da dívida. Se isso vier a ocorrer, a disposição do Governo é de, realmente, vendê-la aos trabalhadores.

"Reforma Agrária é coisa para economista desocupado".

15 - Exmo. Sr. Ministro, qual a possibilidade de crédito fundiário para a constituição de

pequenas propriedades rurais? Qual a possibilidade de crédito aos pequenos proprietários rurais para aquisição de equipamentos e máquinas, com juros totalmente subsidiados e a preço de custo? Tendo em vista que o PROAGRO não atende aos pequenos produtores rurais, qual a possibilidade da instituição de um seguro agrícola facultativo, como garantia total da produção estimada com base nos preços mínimos e não vinculados aos financiamentos bancários? Para aumentar a produção é necessária a política de preços compatíveis com o custo da produção. Logo, perguntamos, qual a posição desse Ministério com relação a esse assunto? Qual a política de estímulo às pequenas cooperativas que esse Ministério pretende desenvolver?

R: - A primeira pergunta é qual a possibilidade de crédito fundiário para a constituição de pequenas propriedades rurais. Eu não sei se ele está se referindo realmente ao reagrupamento de minifúndios, ou se ele está se referindo à instalação rural das propriedades. Existe uma linha de crédito fundiário (não é muito importante, realmente, não é muito grande), mas é sempre possível a expansão dessa linha. No caso dos minifúndios, que é um problema realmente grave e que preocupa o Governo, talvez seja possível uma ampliação dessa linha. Quanto à possibilidade de créditos para pequenos proprietários ru-

rais para aquisição de equipamentos, máquinas agrícolas, produção totalmente subsidiada a preços de custo, os pequenos proprietários vão continuar a adquirir seus equipamentos a taxa de juros a 13% com prazos muito convenientes. Essas taxas de juros representam um subsídio bastante importante para eles. Também não existe limitação para esse pequeno produtor. A constituição desses equipamentos é relativamente simples. As linhas do Banco do Brasil continuam funcionando.

A terceira pergunta é: tendo em vista que o PROAGRO não atende aos pequenos produtores rurais, qual é a possibilidade de um seguro agrícola facultativo, com garantia total da produção estimada, com base nos preços mínimos e não vinculados ao financiamento bancário?

Hoje o PROAGRO atende ao pequeno produtor rural e ele pode mais do que isso. Se for um produtor de alimentos, ele pode fazer uma cobertura de 100% do crédito. Ele não pode realmente fazer a cobertura do lucro cessante. Como o governo instituiu o seguro do crédito, a possibilidade de fazer o seguro do lucro cessante, quer di-

zer, a diferença entre o custeio e o preço mínimo crescer enormemente; eu creio que teremos em breve um sistema de seguro cobrindo isso. Mas o importante é compreender que o passo fundamental já foi dado: nós estendemos o seguro a 100% das despesas de custeio. O que resta agora é encontrar um mecanismo de segurar o lucro cessante e isso eu acredito que será feito num prazo muito curto. Volto a insistir, não há nenhuma restrição para o agricultor utilizar os benefícios do PROAGRO. Quando ele disse facultativo, é preciso que a gente compreenda que o seguro vive do número, ele vive da grande quantidade de pessoas que se juntam a ele. É frequente que na agricultura só aqueles que têm suas lavouras sujeitas a risco, desejem fazer seguro. Ora, é claro que isso não pode funcionar. Se só aqueles que têm probabilidades de risco fazem seguro, o seguro não pode funcionar. É por isso que o PROAGRO vai-se transformar num seguro obrigatório, e é por isso que ele está sendo ampliado para 100%.

A quarta pergunta é: para aumentar a produção é necessário uma política de preços compatíveis com o custo de produção.

Logo se pergunta: qual é a resolução desse ministério, com relação a esse assunto? A agricultura precisa de preços. A agricultura precisa de ver lucratividade. A agricultura deve ser uma atividade rentável. Nós desejamos a ampliação da produção, sem isso nada poderá ser feito, e a preocupação do governo é dar a agricultura condições de rentabilidade.

A quinta pergunta é: qual é a política que diz respeito às cooperativas, às pequenas cooperativas?

O INCRA está desenvolvendo e está à disposição de todos aqueles que desejem formar pequenas cooperativas, dando assistência técnica, dando suporte material, permitindo que se contratem gerentes experimentados, técnicos de organização, capazes de auxiliar aos pequenos produtores que querem se agrupar ou se reagrupar em pequenas cooperativas. Isso já está à disposição dos senhores.

16- O crédito fundiário, sem a desapropriação da terra não provocará o aumento de preço da terra, afastando ainda mais os que dela precisam para produzir?

R: - Não há risco realmente, de que esse aumento por procura de terra possa produzir qualquer e feito no aumento de preço. Se tem um estoque de terra realmente imenso, claro que isto não vai produzir nenhum efeito importante. Volto a insistir, o INCRA terá, no decorrer deste ano, a disposição para crédito fundiário de 600.000 hectares de terra, crédito de 15 anos com 5 anos de carência, 6% de juros sem correção monetária.

"Sr. Ministro, seu governo vai continuar dando incentivos fiscais para grupos agropecuários estrangeiros?"

17- O Sr. declarou que só faria Reforma Agrária em casos de tensão social. Na fazenda Capataz, gleba dos americanos no Pará, 500 famílias estão num conflito de terras. Na fazenda Luzia, no Maranhão, são 1.200 famílias, na área Pio XII no Maranhão, são 1.300 famílias, em Alagamar, Paraíba são mais de 700 famílias, em Xique-Xique na Bahia são mais de 100 famílias. Esses números não representam sequer o total de famílias envolvidas em questões de terra no Brasil, não são suficientes para convencê-lo da necessidade de uma Reforma Agrária ampla, massiva e imediata? (PALMAS E GRITOS)

R: - Pelo contrário, esses exemplos mostram que a orientação

que estamos seguindo deve ser correta. Nós estamos dispostos realmente a usar o Estatuto da Terra, usar os instrumentos para resolver esse problema. O INCRA está sendo dinamizado e nós vamos usar os instrumentos para resolver os problemas localizados que existem no Brasil.

18- O Sr. disse que em nenhum lugar do mundo a Reforma Agrária funcionou. O Senhor disse que por essa razão prefere resolver o problema fundiário através do imposto territorial. Pergunto: em algum país do mundo com problemas como os nossos, a estrutura fundiária foi mudada através da tributação? (PALMAS E GRITOS)

R: - Eu gostaria de dizer inicialmente, que quando critico muita gente quando fala em Reforma Agrária, eu reivindico uma experiência um pouco maior que aqueles que falam, porque eu cometi também os meus equívocos, e no Governo Carvalho Pinto eu ajudei a conduzir uma experiência de Reforma Agrária em São Paulo. Conheço as dificuldades desse processo, sei da necessidade de dar acesso à terra aos trabalhadores, mas me recuso a em vez de resolver o problema, criar mais dez. Vou lhe dizer com toda honesti

dade, em nenhum lugar do mundo a Reforma Agrária produziu resultados favoráveis num prazo de 10 a 15 anos, e depois disso ninguém sabe se produziu resultados favoráveis. Em nenhum lugar do mundo, também, a estrutura agrária foi mudada através do imposto territorial rural. O que nós vamos introduzir é um sistema de impostos: diferenciado por tamanho, diferenciado por localização e por uso, que certamente vai induzir a uma modificação importante na estrutura da propriedade. Esperem a proposta e depois podemos discutir.

19- Sr. Ministro Delfim Netto. Há vários anos o movimento sindical de trabalhadores rurais vem reivindicando a Reforma Agrária. Quais são as perspectivas da Reforma Agrária em seu Governo? Segunda: queremos saber Sr. Ministro Delfim Netto se em seu governo vai continuar dando incentivos fiscais para grupos econômicos estrangeiros agropecuários. (PALMAS E GRIOTOS)

R: - A primeira pergunta já respondi várias vezes aqui. A segunda pergunta eu acho que realmente (GAGUEJA) nós vamos ter de rever o sistema de incentivos no que tange ao tamanho de propriedade. Esse é um processo

(GAGUEJA) é um estudo que já está em andamento no governo e que vai ser feito.

20- Sr. Ministro, levando-se em conta que segundo os dados oficiais no Estado de Mato Grosso, antes da sua divisão territorial, apenas 1,9% da área cadastrada é ocupada por trabalhadores rurais. Pergunta-se: por que as áreas arrecadadas ao invés de serem distribuídas em propriedades familiares, são submetidas e vendidas em leilão a grandes proprietários, concentrando ainda mais a propriedade da terra?

R: - Nós já vamos mudar essa política, já estamos autorizando e já estamos fazendo para os pequenos também. Eu acredito que nós temos que modificar, realmente, esta política. E vamos fazê-lo. No caso concreto esta autorização já foi até dada.

"Pedimos ao Sr. Ministro que seja cumprido o Estatuto da Terra, com uma massiva distribuição de terras através de uma Reforma Agrária justa, como oportunidade para todos os trabalhadores, capaz de promover o bem estar social da classe e o engrandecimento da nação".

21- Sr. Ministro da Agricultura, quais as perspectivas para uma Reforma Agrária, capaz de dar oportunidades aos trabalhadores

rurais sem terras? Como o senhor vê o problema dos trabalhadores em várias partes do País, sendo despejados da terra, gerando o desemprego e aumentando os bóias-frias, que como a gente sabe, já é uma preocupação do Governo. Senhor Ministro, a preocupação da nossa classe: temos conhecimento de perto de muitos projetos governamentais para desenvolvimento do nosso país. Esses projetos senhor Ministro, têm afastado milhares de trabalhadores da terra, sem reparos dos reais direitos dos trabalhadores, como foi o caso do Vale de São Francisco. Diante de tudo isso vêm inúmeros outros problemas para os trabalhadores rurais relacionados com a estrutura agrária, que ainda é injusta com a concentração das terras nas mãos de poucos latifundiários e, muitos trabalhadores com pouca terra, além do grande número de trabalhadores sem terra. Pedimos ao senhor ministro que seja cumprido o Estatuto da Terra, com uma massiva distribuição de terras através de uma Reforma Agrária justa, como oportunidade para todos os trabalhadores, capaz de promover o bem estar social da classe e o engrandecimento da nação.

R: - Primeiro eu diria que, o governo vê com muito desagrado e com muita tristeza esse processo de desalojamento dos trabalhadores. Eu disse e vou repetir: nos casos em que tivemos condições de agir, isto é, naqueles casos em que você não tem ainda a atuação da justiça e (GAGUEJA) ou mesmo naqueles

em que você tem a atuação da justiça e a lei nos permite atuar, é deliberação do governo utilizar os (GAGUEJA) instrumentos do Estatuto da Terra para resolver a situação. Nós não temos nenhum receio de utilizar estes instrumentos. A lei está aí e vai ser utilizada para minorar esses problemas e, para eliminá-los se for possível. Eu vejo com repugnância, não com preocupação, vejo com repugnância o desalojamento dos trabalhadores de sua terra. Ninguém concorda com isso e, o governo vai utilizar o Estatuto da Terra para corrigir esta situação (VAIAS). Esse projeto da CODEVASF nós já encontramos assim. O Ministro do Interior já está tomando as providências. Eu acho que lá houve uma antecipação exagerada. Realmente se desalojaram trabalhadores e se fez um sistema de irrigação e hoje não se utiliza a terra que poderia perfeitamente estar sendo utilizada. Este é um problema que o governo também já está corrigindo.

22- Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Delfim Netto: O Presidente da República falou em reestruturação fundiária, deixando de lado a Reforma Agrária Integral. Vossa Excelência dei

xa de falar em reestruturação fundiária - do Presidente da República - para falar apenas de desapropriação com tensão social. O presidente do INCRA deixou de falar em reestruturação fundiária (do Presidente da República) e de desapropriação por tensão (de Vossa Excelência), passando a dizer que, até mesmo nas áreas de tensão social, não se faria desapropriações. Verifica-se que a coisa vai ficando mais preta na medida em que vai crescendo na hierarquia do poder. Desse jeito como será que as coisas ficarão? (PALMAS)

R: - Nós vamos realmente utilizar o instrumento que nos parece ágil, para produzir exatamente aquilo que o presidente se referiu que é a reestruturação fundiária. Eu estou convencido e, acho que os senhores se convencerão também, quando virem o instrumento que vai ser utilizado, que o Imposto Territorial Rural vai produzir muito rapidamente uma modificação da estrutura fundiária nesse país. Eu volto a insistir: o governo deseja aumentar o número de proprietários. O governo crê que a constituição de uma classe média é extremamente importante para a estabilidade do país. Nós vamos perseguir esse objetivo com toda a perseverança. Vamos utilizar os instrumentos que temos a nossa disposição. Não adi

anta, entretanto, a incompreensão, não adianta é (GAGUEJA) deixar de entender que o governo deseja dar acesso à terra a todos aqueles que tem condição de ter esse acesso. O governo realmente vai produzir uma modificação na estrutura fundiária através do Imposto Territorial Rural e através, quando for necessário, da utilização do Estatuto da Terra. Isso será feito.

23- Sr. Ministro, V.Sa. informa que acaba de elevar a taxa de cobertura do PROAGRO de 80 para 100%. No entanto, sabemos que o PROAGRO é optativo, beneficiando somente aos mutuários do Crédito Rural. Diante dessa situação, na prática, os beneficiários do PROAGRO são, em sua grande maioria, os grandes proprietários, pois estatísticas nos revelam que a maior parte do Crédito Rural é absorvida pelos grandes agricultores, de forma que os pequenos proprietários são muito pouco beneficiados. Perguntamos se existe algum estudo no Ministério da Agricultura, no sentido de se instituir ou estender o seguro agrícola aos pequenos proprietários que não são beneficiários, ou que possuem lavouras que não são financiadas hoje, visto que o PROAGRO somente dá cobertura à lavoura financiada.

R: - A extensão do PROAGRO é absolutamente geral. Ele pode cobrir agora 100% e vai cobrir

100% das lavouras de subsistên
cia, arroz, feijão, milho e man
dioca. Ele não precisa mais...
ele será obrigatório. Ninguém
mais pode, realmente, realizar
um financiamento sem subscrever
no PROAGRO. Ele pode ser subs
crito por quem não entrou no
sistema de crédito. Basta a pes
soa se habilitar na agência ban
cária correspondente. O PROAGRO,
portanto, já foi estendido na

direção que foi sugerida nessa
pergunta. O PROAGRO se transfor
mou num instrumento de seguro
agrícola que pode cobrir até
100% das despesas de custeio
realizadas pelo agricultor. Pe
lo pequeno agricultor ou pelo
grande agricultor. Basta que
ele ou se financie ou que re
corra à agência bancária pa-
ra realizar esse seguro.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DO ADVOGADO JUNTO AOS AGRICULTORES

Vanderlei Caixe*

PRELIMINARES

O objetivo desse trabalho é o de sintetizar a nossa experiência profissional, portanto particular, de advocacia no meio rural e, através dela, extrair a concepção que o agricultor tem e passa a adquirir do direito - e o utiliza - na sua defesa.

Nesse sentido, levamos em conta dois fatores de orientação: as leis como expressão da classe dominante, as suas contradições na realidade do agricultor e, uma orientação de não-dominação.

A par, algumas preliminares se fazem necessárias:

a) - a experiência profissional. Consideramos a experiência profissional numa perspectiva de reaprendizagem junto ao agricultor e evoluindo com as suas respostas e exigências. Ao lado, manter algumas dire

trizes básicas no trabalho profissional, ou seja:

- 1) - estar em permanente questionamento ao aprendizado profissional, o seu campo de atuação e as bases que o informam;
- 2) - ser um trabalho de assessoria, fundamentalmente;
- 3) - não substituir o povo mas ajudá-lo a assumir o seu direito;
- 4) - e, entre as variáveis do trabalho profissional, ser fundamentalmente um serviço de não-dominação.

b) - a concepção que o agricultor tem do seu direito do direito. A prática demonstra, além das formulações de ordem teórica - e, particularmente o agricultor a quem dirigimos o nosso trabalho, o rendeiro, parceiro, meeiro, etc. - que, são

* Advogado do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba.

vários os informativos da sua consciência, ou melhor, da concepção do direito. São eles:

- 1) - de ordem das necessidades conhecidas, variáveis por áreas e agricultores;
- 2) - do estágio e do processo de luta;
- 3) - do ordenamento cultural (sócio-cultural): informações da sociedade civil, outros a prendizados com interveniência de terceiros de ordem místico religiosa;
- 4) - das relações de domínio econômico-social a que está submetido na produção.

c) - a lei, a realidade e as suas contradições. Aí estão os elementos caracterizadores da propriedade, ou seja, da posse, do uso e do gozo da terra. Afora as relações contratuais secundárias e que se confundem com as relações de trabalho, o principal norteador das contradições reside no caráter da propriedade, entre a disposição individual e a sua função social. De resto, contam-se as relações de produção em transição.

A LOCALIZAÇÃO DO DIREITO

Tanto a concepção do agricultor quanto a prática do trabalho

profissional em relação ao direito, não se bastam no fato de existirem leis. O quadro onde se situam as possibilidades de procedê-las, isto é, realizá-las, releva-se da maior importância.

No nosso caso - e de resto, no norte e nordeste do País -, esse quadro se apresenta da seguinte maneira:

a) - uma sociedade onde o poder político está montado à base dos interesses dos senhores proprietários de terras. Detentores da máquina governamental que, por sua vez delinea as demais instituições, ou seja, do judiciário, do ministério público e do principal órgão de controle da ordem instituída: o poder de polícia e pela própria polícia - comumente denominada como "capanga fardado do latifúndio".

b) - o cerceamento, o peleguismo e a indiferença dos órgãos de classe dos trabalhadores. Manietados pelo império de inúmeras leis controladoras e definidoras da atividade sindical, de outro lado, transformados em mini-hospitais e agências de aposentadorias, foram reduzidos a meros institutos precários do assistência

lismo e dependentes dos polí
tics que manejam a previdên
cia social.

c) - quanto a população traba
lhadora, particularmente a ru
ral, releva-se algumas carac
terísticas:

1) - um comportamento relati
vamente conformista, derivado
de algumas situações históri
cas e de dependência estrutu
ral;

2) - um homem temeroso e des
crente em qualquer organismo
que possa defender o seu direi
to (a repressão às Ligas Cam
ponesas, o poder arbitrário
da polícia, a situação atual
de grande número de sindica
tos);

3) - um conceito de direito
confuso entre as suas necessi
dades, de um lado, e de outro,
da ignorância à lei fazendo
prevalecer o costume, a pala-
vra do proprietário da terra,
das autoridades e ainda, a i
déia religiosa propalada pelo
clero de uma certa época - e,
de alguma forma ainda presen
te em inúmeros lugares refor
çando a obediência ao proprie
tário.

d) - de resto, o conjunto das
comunicações numa sociedade
estática, reduzindo o agricul

tor e o seu mundo aos limites
do roçado.

De outro lado, alguns aspectos
positivos vão se esboçando:

1) - alguns estímulos da luta
urbana, de classe e sindical;

2) - revigoramento de alguns
sindicatos rurais;

3) - conhecimento de lutas vi
toriosas no meio rural;

4) - divulgação de leis em lin
guagem popular;

5) - alto grau de conflito pro
vocado pelo desenvolvimento do
capital urbano, sua projeção
para as áreas rurais e as con
tradições com as formas atrasa
das no meio rural. O aspecto
importante nesse processo é o
despejo coletivo, ou ameaça co
letiva, promovendo a unidade
de interesse dos agriculto
res;

6) - as "novas" linhas evangé
licas da Igreja, numa "opção
pelos pobres e oprimidos", a
poiando as suas lutas pela ter
ra;

7) - a presença de agriculto
res com experiências passadas
em lutas pela terra (Ligas,
primeiros sindicatos etc.);

8) - a consciência da redução
das possibilidades de acesso
a outras áreas de terra; cons
ciência da situação que se en

contram os "bóias-frias".

Embora, tanto os aspectos impe
ditivos quanto os positivos
não se esgotem nesses pontos,
consideramos fundamental, a par
tir da prática do contato com
o agricultor, os elementos e
as razões acima expostas ex
pressas por eles.

A título de ilustração poderíamos citar o exemplo dos agri
cultores da Fazenda Retirada,
no município de Caaporã, que,
se recusavam a fazer reuniões
porque um major do exército ha
via dito que era proibido. Eles
diziam: "a lei do major diz
que não pode fazer reuniões,"
ou inúmeros que diziam que, i
riam ao sindicato quando fos
se para fazer a aposentadoria.
Quanto a sua defesa dizia: "eu
não sei que o sindicato é para
essas coisas"; ou, em casos
de ameaças de expulsão; "eu sei
que se eu pago foro, eu tenho
algum direito mas eu não quero
fazer caso não. Eu sempre fui
um bom homem e respeitador dos
meus superiores".

Embora esses exemplos ilustra
tivos sejam infundáveis e se
não devidamente relatados em
outra parte, cabe aqui perce
ber que o quadro da expressão
do direito é, talvez, mais im

portante que o direito enquan
to norma.

A PRÁTICA PROFISSIONAL

Quase todas as relações so
ciais e econômicas são regula
das por normas positivas ou ou
tras disposições do mundo jurí
dico (jurisprudência, etc.). São
normas definidoras de direito
ou proibitivas e, outras de ca
rãter procedimental, isto é, re
gulam a maneira como o direito
ou conflito vai ser soluciona
do.

Esse é o mundo do profissional
de advocacia. É nesse mesmo
contexto que ele assume o con
flito, enquadra-o nas normas
legais e faz procedê-las, com
pondo o direito.

Titular habilitado para conhe
cer o direito e pleiteá-lo, o
advogado, normalmente determi
na no campo das suas relações
os interesses em conflito e a
sua composição nos limites das
regras legais. Se, de um lado,
esse processo alija o povo de
uma prática consoante com os
seus interesses (necessidades)
reais, imediatas e históricas,
por outro lado, transfere ao
titular habilitado do direito
um confronto num mundo limita
do, onde o direito se confunde

com o jurídico.

Há um outro aspecto, no campo da prática profissional, que merece ser considerado: o ideológico. Esse aspecto é tão importante quanto a sua inserção nas regras jurídicas definidoras do direito e das regras para a solução do conflito. É o manancial ideológico aí inserto que ele assume no âmbito da classe dominante confundindo sua prática ao lado da classe trabalhadora. Abstratamente, equidistante do conflito real - que envolve interesses de classes, fatores de ordem imediatas e históricas, concepções do próprio agricultor, etc. - o advogado, somente possui o mundo jurídico como referência. Ignora o imenso papel que exerce a força social das massas na luta pelo seu direito.

Exercendo o papel profissional junto ao povo, esse é o mundo que deve ser questionado. É o quadro que, somente, o agricultor pode ajudar a questionar, numa prática vivenciada no contexto real do conflito; onde a consciência dos agricultores e a sua força social fornecem os elementos para afrontar o mundo jurídico; permitindo di

mentar as possibilidades da utilização das contradições das normas e numa perspectiva histórica das classes trabalhadoras.

Ilustrativo disso, mais comum entre nós, é que nenhum advogado limitado ao mundo jurídico discutiria uma contestação na rescisão contratual de arrendamento, num dos casos de direito de retomada pelo proprietário da terra, fora do objeto em litígio. No entanto, da consciência vivenciada com o agricultor(es), na sua decisão "de ficar, morar, plantar e viver", abre-se um enorme campo de possibilidades para explorar as contradições da função social da propriedade face a pretensão do proprietário retomá-la com objetivo da fruição individual. Um outro aspecto que se abre, são as perspectivas da devolução ao povo dos elementos já caracterizadores da tensão social, consubstanciada no Estatuto da Terra. Entretanto, se não manifestada, não se caracterizará.

O que se coloca para o advogado, nessa prática, não são as regras impostas mas a consciência e a necessidade do povo, cujo processamento é diferente

do escolhido pelo adverso e, a ação depende do próprio povo.

De resto, fechando essa primeira parte, cabe suscitar alguns pontos revelados pela prática do papel do advogado junto aos trabalhadores. São elas:

a) - propiciar aos agricultores a verificação do mundo jurídico em relação a sua realidade, permitindo um confronto entre a sua concepção, necessidade e pretensão (imediate e histórica); b) - não assumir com exclusividade a composição do litígio, ignorando as possibilidades da participação dos trabalhadores no processo; c) - não ignorar a força social dos agricultores mas colocá-la em função da sua defesa e completar-se com ela; d) - ajudar os agricultores a experimentar a sua ação coletiva (confrontando com o real) e pela pressão, com o objetivo de, ao lado da formação de sua consciência, serem eles, o quanto possível, os decisórios do litígio; e) - demonstrar aos agricultores, desde o início, todas as fases processuais a serem aplicadas, refletir com eles a necessidade e pretensão, colhendo os elementos para a sua convicção e estratégia; f) - perceber no quadro

legal e no litígio, as inúmeras possibilidades dos próprios agricultores exercerem o seu direito no local (desforço, etc.) e, junto às instituições (intervenções extras nos autos, através de cartas-petitórias, etc.), quebrando o esquema tradicional da relação: advogado x juiz x promotor x advogado adverso; g) - a causa, o litígio individual, deve ser sempre utilizada como meio de solidarizar os agricultores, quebrando a relação "fria", por exemplo das testemunhas, estabelecendo uma relação de interesse de classe, pela posse da terra, etc.; h) - não ser um mero tradutor da lei ao agricultor mas o seu crítico em relação as necessidades sociais que absorve em contato com o povo; i) - ter fundamentalmente, a convicção na força social para a composição do litígio.

De fato, não se trata de regras mas de práticas que as informam, embora não se reduzam a isso. O que importa é que, o direito se produza na realidade social, embora se construa aproveitando ou sem uma norma positiva. O fato é que, quando os agricultores arrancam vários hectares de cana-de-açúcar plantada pelo proprietário, nos

limites da área arrendada, pen_udente de uma ação judicial pa_ura desfazê-las ou não, usando a interpretação elástica do ar_utigo 502 do Código Civil, es_utão produzindo uma exegese do direito com a sua força social. Nesse caso o advogado que assu_ume uma prática ao lado do agri_ucultor, não pode negar a vali_udade da afirmativa do trabalha

dor: "nós estamos fazendo o di_ureito, depois vamos defender diante do juiz".

Esta é a 1.^a parte do artigo que terá prosseguimento no próximo número de Proposta. A 2.^a parte enfocará a concepção que o agricultor tem do direito, e a 3a. versará sobre a lei, a rea_ulidade e as suas contradi_uções.

REFLEXÃO SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO

Equipe FASE/Rio

Este texto é resultado de discussões da equipe FASE/Rio sobre a situação do Movimento Operário no Rio de Janeiro e sobre concepções para o Movimento Sindical hoje.

Sua pretensão é, por um lado, informativa e, por outro, contribuir no processo de discussão que se faz, hoje, no país a respeito desse tema tão importante.

Não temos, aqui, intenção de colocar propostas acabadas mas, antes de mais nada, nos situarmos no quadro dessa discussão, reconhecendo tanto os nossos limites quanto a nossa condição de contribuir com as propostas que se colocam, hoje, na mesa de debates.

A SITUAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

HISTÓRICO

O Movimento Operário no Rio de Janeiro, no período anterior a 1964, tinha nos setores ligados ao Estado a sua vanguarda. Eram os portuários, ferroviários e bancários basicamente. Além destes, podemos incluir os metalúrgicos e os têxteis mas com menor expressão. Mesmo entre os metalúrgicos, suas bases mais organizadas estavam na Fábrica Nacional de Motores e na Companhia Siderúrgica Nacional em Volta

Redonda, empresas estatais e de grande porte.

Este quadro não era gratuito, expressava bem um movimento trabalhista vinculado e manipulado por setores incrustados no aparelho de Estado.

O golpe mostrou a inconsistência do trabalho desenvolvido nestas áreas, que se caracterizava pela ausência de uma preocupação com a organização dentro das fábricas que permitissem, numa situação politicamente adversa, a continuidade do

movimento operário.

A partir de 1964 duas coisas o correm: a primeira é que o próprio desenvolvimento do capitalismo no Estado põe fim ao setor têxtil, único com uma tradição histórica que remonta aos anos 20. A outra, pelas razões levantadas acima, é o deslocamento do núcleo da oposição ao regime para os setores médios, principalmente o Movimento Estudantil.

A partir de 1968 o Movimento Operário formou várias oposições (bancários, metalúrgicos, ferroviários) no sentido eleitoral do termo, que se esgotavam ao fim das disputas para as diretorias.

Não se conseguiu em termos de Rio de Janeiro, se constituir e manter uma estrutura de organização que unisse os setores mais combativos. Além dos tradicionais fatores de inércia, como a sua história específica e o grupismo, podemos acrescentar a extrema dispersão do parque industrial. O único setor que escapa a isto é o da construção naval que foi o que mais se desenvolveu e onde existem grandes empresas.

ÚLTIMOS MOVIMENTOS

Nos últimos anos o clima de re

volta está bastante difundido (quebra-quebra dos trens, revoltas nas cantinas do METRÔ) e os primeiros movimentos grevistas no Rio são reflexos desta revolta. De fato quem começa a se movimentar não são as categorias mais organizadas, mas as mais sofridas: motoristas de ônibus e garis. Estes movimentos nascem depois de várias assembléias de categorias, onde as tentativas de diálogo para conseguir melhores condições, sobretudo de salário, não dão em nada, levando a uma revolta que cria as condições para que uma proposta de greve seja logo aceita e levada à execução mesmo sem ter um mínimo de organização. A concretização deste movimento mostra as fragilidades devidas a esta falta de organização: grupos que demoraram a parar, grupos que recomeçaram a trabalhar antes do que os outros, etc.

Houve greve, com participação limitada, de funcionários dos postos de gasolina. Houve proposta não concretizada de greve por parte dos coveiros.

Movimentos grevistas mais bem organizados e sucedidos foram os dos professores estaduais, municipais, particulares, uniuersitários e médicos.

Fora desta área ligada mais ao setor de serviços e que no Rio teve um peso e uma repercussão bem forte, houve outros movimentos grevistas na Fiat de Xerem, cujo dissídio é em data diferente do dissídio geral dos metalúrgicos. A conquista principal desta greve, além do aumento, foi a estabilidade dos delegados sindicais.

Outra greve, foi do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí. Foram 13 dias de greve, 70 horas de negociações e a participação foi total.

ALGUMAS OUTRAS INFORMAÇÕES PARA AMPLIAR O QUADRO SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO NO RIO DE JANEIRO.

A construção civil que deve ser a categoria mais numerosa do Rio tem o sindicato mais pelego, com um presidente que está há mais de 20 anos na direção. Nessa área não existe nenhum esboço de oposição.

O sindicato dos metalúrgicos tem uma diretoria resultante de uma chapa de oposição formada por uma frente de diferentes grupos que atuam na categoria. Esta diretoria abre espaços onde metalúrgicos mais au-

tênticos podem atuar e ter um certo peso nas decisões tomadas.

O Sindicato metalúrgico de Volta Redonda é dirigido por um pelego dos duros. Em Volta Redonda há uma oposição organizada, (que tem o apoio de setores da Igreja) com uma organização própria, boletins, etc.

CARACTERÍSTICAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO DO RIO DE JANEIRO.

Grupismo: Sindicato e Fábrica. Falta de apoio da Igreja oficial.

Trabalho nas bases, nas fábricas ainda incipiente.

Não se dá a formação de oposições sindicais mais formais.

Características diferentes em Volta Redonda.

Grupismo: Sindicato e Fábrica

A inexistência de trabalhos organizados com certa amplitude é a característica básica da maioria das categorias profissionais (têxtil, luz, motoristas e gráficos). Existem, é certo, grupinhos trabalhando; mas em sua totalidade tem o Sindicato (pela abertura que apresenta) como o seu centro articulador. Fora da representação oficial, a ligação é só com os grupos a que estão arti-

culados (Pastoral Operária, ACO, etc.). Em grande parte se configuram enquanto trabalhos moleculares e artesanais.

Uma das categorias em que o trabalho se apresenta de uma maneira mais ampla e organizada, é a dos metalúrgicos do Rio e de Niterói. Nestes, as linhas de intervenção são mais diferenciadas e com alguma penetração. Sua semelhança com as outras categorias está no fato de ser o Sindicato o elo que as articula. Por outro lado, se no plano do Sindicato há uma convergência, ao nível de algumas grandes empresas onde existem vários grupos trabalhando, não aparece nenhuma tentativa no sentido da construção de mecanismos de participação amplos.

Falta de apoio da Igreja oficial, que teoricamente admite uma Pastoral do Trabalhador, mas na realidade tem deste trabalho uma visão mais de serviço à mesma Igreja (Evangelição do mundo do trabalho) do que de serviço à classe.

Há grupos de Igreja que procuram trabalhar em vista ao fortalecimento da classe, mas sua atuação é limitada aos grupos diretamente atingidos, sem po-

der se manifestar de uma forma mais ampla e mais pública. Mesmo assim o trabalho destes grupos de Igreja parece conseguir mobilizar maior quantidade de operários e atingir setores mais amplos da massa.

Isso é devido à situação privilegiada que a Igreja teve, mesmo nos anos de maior repressão, para continuar seu trabalho no meio popular e as novas formas de ação da Igreja, sobretudo: - as comunidades de base que, ligando o evangelho à vida, além de combater o fatalismo na formação de uma visão crítica da realidade os levam a encarar os problemas presentes na sociedade como desafios que precisam ser enfrentados; - Pastoral Operária que oferecendo espaço para trocas de experiências, cursos de CLT, cursos de história do Movimento Operário, análise da realidade etc., permite que setores do operariado se motivem para um trabalho de organização na fábrica e no sindicato.

O trabalho nas fábricas, grupos de fábrica, comissões de fábrica é ainda incipiente. Quando se fala de trabalho incipiente na fábrica não se entende falar de grupos "fechados"

que atuam dentro de algumas em presas visando atingir seus próprios objetivos.

O trabalho é incipiente enquanto grupos de fábrica que visam a organização de companheiros em vista de suas próprias reivindicações. Incipiente quer dizer que não tem muita história, isto é, são de formação recente; muitas vezes com uma atuação eventual e não bem definida, visando a solução de problemas imediatos.

No Rio, até hoje não se deu a formação de oposições sindicais mais formais. Esta falta de oposições mais formais não quer dizer que não existem elementos ou pequenos grupos que fazem um trabalho de oposição dentro de várias categorias, mas estes grupos não se formalizam e sua atuação é diluída dentro dos sindicatos que permanecem, para estes grupos, sendo canais onde deve pesar sua atuação e onde deve ser travada a luta.

As explicações possíveis para esta situação parecem fundamentalmente: - Estes grupos são pequenos, isto é, não somam forças mais expressivas da classe, o que não justifica ou não permite a montagem de uma

estrutura mais formal de oposição. - As diretorias sindicais (não é só o caso dos metalúrgicos) não chegam a agir de uma forma pelega tão radical e dura. Isso permite (ou dá a impressão de permitir) a interferência destes grupos de oposição nas lutas que o sindicato assume e faz com que os sindicatos assumam algumas lutas destes grupos. Para estes grupos, em geral, a preocupação é mobilizar maior número de companheiros para o sindicato para que, dentro do jogo democrático, suas posições venham a ser apoiadas pela maioria. - Os grupos que têm propostas mais avançadas em alguns casos, participam diretamente dentro do sindicato até na diretoria.

No contexto do Rio de Janeiro, Volta Redonda aparece enquanto uma exceção. É um centro metalúrgico importante (Cia. Siderúrgica Nacional, Barbará etc.), é concentrado; há um apoio aberto da hierarquia da Igreja ao movimento operário, tem uma oposição formada. Se assemelha ao Rio de Janeiro na tradição de seu movimento operário.

Em toda sua história ocorreram pouquíssimas greves na região

(a CSN que concentra o grosso do proletariado, nunca parou) e se deram antes de 1964. A vinculação do Movimento Operário ao populismo foi bastante intensa e desmobilizadora. Após 1964 até hoje o Sindicato esteve em mãos pelegas.

A primeira tentativa após 68, de influir de forma mais organizada e ampla deu-se com a formação do Departamento Trabalhista do MDB, que nucleou setores descontentes até ser reprimido. Foi a união destes setores com grupos pastorais que deu origem ao movimento de oposição sindical. Antes disso, houve a formação de chapas mais combativas que disputavam o Sindicato, mas após as eleições os grupos que as compunham se dispersavam. Neste sentido a formação da Oposição Sindical aparece enquanto uma autocrítica do trabalho passado e a necessidade de organizar mais amplamente os trabalhadores. Sua presença junto às massas cresceu bastante na atual Campanha Salarial.

PERSPECTIVAS

Na maioria das categorias onde há grupos que se colocam contra a atual estrutura sindical - compreendendo metalúrgicos (Rio, Ni-

terói, Itaboraí), Light, Sindicatos de bebidas, motoristas, etc. - estes grupos estão no sindicato e, engajados em algumas das instâncias, procurando forçar as diretorias a atitudes mais combativas. Concretamente as formas para forçar as diretorias são várias:

- . Concentrar as forças em alguns setores do sindicato. Por exemplo, no caso dos metalúrgicos o grupo que tem propostas mais autênticas se concentra mais na secretaria de lazer e cultura que tem responsabilidade direta no jornal do sindicato, na programação de palestras, show, etc. Deste grupo saiu a campanha de sindicalização.
- . Forçar a formação de comissões salariais abertas, procurando colocar o maior número possível de elementos mais combativos (metalúrgicos, gráficos e aeroviários).
- . Formação de comissões para acompanhar o trabalho da diretoria (Light).
- . Levar propostas concretas para as assembleias, para que estas julguem e decidam, forçando assim a diretoria a assumir a proposta aprovada pela assembleia (metalúrgi

cos, gráficos, Light, bebidas e aeroviários).

- . Elaboração de teses para serem levadas pelos sindicatos nos Congressos, por exemplo CNTI (1978), Congresso dos Metalúrgicos (1979), procurando participar destes encontros. A representação metalúrgica do Rio no Congresso de Poços de Caldas, foi a única eleita pela categoria, pois a maioria foi formada por elementos mais engajados.

O trabalho, destes grupos, dentro do Sindicato não os fez desistir da formação de chapas mais autênticas para concorrer nas eleições, nem prejudicou o fortalecimento do trabalho de base.

Há outras categorias que pela situação em que se encontram,

parecem apontar para a necessidade de uma oposição organizada, independente da atual diretoria, que não oferece o mínimo de espaço para agir. Caso típico: o Sindicato da Construção Civil.

Quanto ao trabalho mais de base, sente-se a necessidade de formar e ampliar os grupos de fábrica, em todas as categorias onde atuam estes grupos.

Os grupos de fábrica são pensados em vista das lutas imediatas de cada empresa e têm o sindicato como ponto de referência para uma participação mais ampla e política. Nesta preocupação de ampliar o trabalho nas bases entra a necessidade de fortalecer e animar a vida das delegacias sindicais (sindicatos metalúrgicos) e encontros de áreas (gráficos, Light).

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO

As questões relativas ao trabalho com Sindicato, oposição sindical, comissões de fábrica, etc. não podem ser tratadas, hoje, apenas a nível dos encaminhamentos imediatos e referidos à existência ou não de di-

reções sindicais mais ou menos abertas, mais ou menos combativas, autênticas, etc. Essas questões devem ser tratadas também a nível de concepções para o trabalho operário, pois informando a prática do dia a

dia no movimento, existem mais ou menos explicitadas e assumidas concepções de luta e organização que se configuram até com um certo grau de autonomia em relação à realidade concreta de cada Sindicato.

Seguindo essa linha de raciocínio explicitaremos algumas questões em torno dos temas: oposição sindical, sindicato e comissões de fábrica; na perspectiva de contribuir com a discussão que, hoje, em vários cantos do país se faz em torno do assunto.

O movimento operário no Brasil apresenta na sua história, uma tradição marcada pelo atrelamento ao Estado.

O movimento operário deve ser não só independente (política e juridicamente) do Estado, mas, também, autônomo em suas formas de organização e manifestação, refletindo a realidade, anseios e o grau de consciência dos trabalhadores.

Consideramos que esse movimento deve estar fortemente implantado nas bases, com uma estrutura que vai das formas mais localizadas (seções, fábricas) de organização até uma central sindical de caráter nacional. Esta central deve

unificar toda a luta dos trabalhadores brasileiros, passando por instâncias intermediárias, que unifiquem por categorias e por espaço geográfico/administrativo (Município, Estado, etc.).

No seu interior devem existir canais sólidos, capazes de garantir uma dinâmica interna democrática, onde as bases tenham o poder de decisão e onde as direções sejam representativas e de fato lideranças do movimento.

Nesse sentido, é essencial, para garantir um movimento expressivo e unitário, uma estrutura de representação sindical única. Deve-se evitar a todo custo, incorrer nos casos típicos de países da Europa, onde existem várias centrais sindicais, cada uma influenciada, ou mesmo vinculada, por um partido político (Itália, França, etc.). A consequência disso, dentre outras, é a forte divisão que se estabelece no interior da classe operária, dispersa entre várias tendências sindicais, enfraquecendo seu poder de luta à medida em que quebra sua unidade.

O movimento de oposição sindical que hoje se estrutura nas mais variadas partes do país,

com forte presença em áreas significativas do movimento operário de trabalhadores em geral, não deve ser entendido como estrutura paralela de representação sindical. Isto é, não é uma alternativa à estrutura sindical vigente a qual queremos mudar. O movimento de oposição sindical é, isto sim, um organismo que, congregando uma faixa mais avançada e mais combativa dos trabalhadores brasileiros, tem como essência e objeto de sua ação a luta contra a estrutura atual do sindicalismo brasileiro. Dentre outras bandeiras, a oposição sindical deve empunhar a de luta contra o atrelamento do sindicato ao Estado, pela montagem de estruturas de comissões de fábricas expressivas e representativas dos trabalhadores e pela formação de uma central única capaz de unificar nacionalmente suas lutas.

O movimento de oposição sindical deve ter claro suas bandeiras de luta, que têm como eixo básico a luta por uma estrutura sindical autônoma a programas e estruturas político-partidárias, independente em relação ao Estado, democrático em sua forma de organização. Seu programa deve estar voltado ao aperfeiçoamento constan-

te dos organismos de representação dos trabalhadores. Não deve-se confundir, portanto, com uma plataforma de oposição "chapista" ou diluído numa plataforma de luta momentânea (reajuste salarial por exemplo). É evidente que diante desses dois casos e de outros, a bandeira da oposição sindical deve estar presente e posicionada. Não é porém nesse nível que se define sua existência, é num nível mais programático, numa luta de maior fôlego, que se realiza a cada momento do cotidiano da luta operária. Mas é, antes de tudo, uma luta política, que defende um espaço social de organização e manifestação a partir de determinados princípios políticos. E é por serem bandeiras de cunho político (política operária), que procuram aperfeiçoar um instrumento de luta da classe operária por melhores condições de vida e por formas de organização mais avançadas, que ela, a oposição sindical, é instrumento próprio da parcela avançada, mais comprometida e mais politizada do movimento operário.

O que estes pontos de referência e orientação para atuação no movimento operário colocam, ao se pensar na realidade con-

creta em cima da qual, hoje, atuamos é o seguinte:

- é preciso criar um movimento sindical forte, unitário, implantado nas bases, independente e autônomo;
- esse movimento deve estar assentado em bases sólidas, mas comissões de fábricas, ou em grupos de fábricas onde aquelas forem ainda inviáveis;
- esse movimento deve estar unificado nacionalmente, por uma Central, capaz de afirmar uma direção única para o mesmo;
- deve-se estruturar no plano intermediário, por instância de representação por categorias ou inter-categorias (inter-fábricas, sindicatos etc.) e por espaços geográfico/administrativo (Município, região, etc.);
- deve acenar com propostas e palavras de ordem de apelo de massas, como melhores condições de trabalho, melhores salários, etc. Deve ter presente também, a luta contra a estrutura sindical vigente, atrelada ao Estado, por uma estrutura sindical democrática, independente e autônoma dos trabalhadores;
- compreendendo o sindicato co

mo órgão de massas, representativo de classe (mesmo que uma diretoria porventura no poder não seja), deve-se atuar no interior do mesmo lutando dentro dele pela sua transformação e pela coesão da classe no seu interior, a partir de lutas de massas expressivas dos anseios da classe.

Devemos portanto ter claro que a proposta de oposição sindical não é alternativa de organização sindical. A oposição sindical representa, por um lado, um espaço no interior do qual parcelas do Movimento Operário se articulam para formular propostas sobre o movimento operário e que, por outro lado, estejam comprometidas com uma visão de sindicalismo autônomo, independente, democrático e unitário. Não há como pensar as comissões de fábrica como instância da estrutura de oposição sindical, ou seja, de uma nova e alternativa forma de organização de massas. Há que pensá-las, as comissões, como instância do movimento operário, que pertence as massas e não a sua parcela mais avançada, comprometida com uma concepção de movimento operário que inclui como ponto chave as comissões.



TRABALHADORES PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA

Diante da apresentação pelo governo do general João Batista Figueiredo de um projeto de anistia parcial, diversos setores da sociedade têm-se manifestado, exigindo a anistia ampla, geral e irrestrita.

Os milhares de trabalhadores demitidos por motivos políticos após 1964 e os inúmeros dirigentes sindicais cassados e, por isso, permanentemente afastados da vida sindical não são anistiados pela proposta governamental. Em consequência, sucedem-se as manifestações contra o projeto e suas limitações. Dentre essas manifestações, destacam-se como mais significativas aquelas que partem dos próprios trabalhadores excluídos, como o ENCONTRO

DOS TRABALHADORES PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, convocado pelo ABC Jornal e por 11 sindicatos do ABC e realizado no dia 12 de agosto, no Paço Municipal de São Bernardo do Campo.

Os sindicatos da Baixada Santista deram também uma importante contribuição para o esclarecimento da situação de cerca de 12 mil trabalhadores punidos politicamente e que foram totalmente excluídos do projeto governamental. Este documento foi levado ao III ENCONTRO NACIONAL DAS ENTIDADES DE ANISTIA, pelo Comitê Brasileiro pela Anistia da Baixada Santista, e o transcrevemos a seguir:

"Após o golpe de 1964, milhares de brasileiros foram atingidos diretamente ou abrangidos pelos efeitos dos atos excepcionais editados.

A luta pela anistia tem sido desenvolvida para a restauração

dos direitos violados pelos atos de exceção.

A tônica que tem norteado a ação das entidades pró-anistia direciona-se aos presos, perseguidos, punidos, cassados, exilados, banidos, refugiados, cuja violência alcançou-os através de atos específicos ou a partir dos efeitos que geraram, e reivindica a indispensável reparação.

Entretanto, existem muitos brasileiros que "a partir de 1964 sofreram a perda ou a restrição de seus direitos, em decorrência da nova situação política em que o país passou a viver" (Dalmo A. Dallari - Folha de São Paulo, pág. 10 e 11 1º caderno, 10/06/1979).

A maioria deles era composta de trabalhadores, muitos estáveis, ocupantes ou não de cargos sindicais, cujos nomes não constaram das ignominiosas listas, que não foram atingidos diretamente pelos atos de exceção, mas que foram demitidos de seus empregos sumariamente ou através de inquéritos na Justiça do Trabalho, sob a justificativa de ausência injusti-

ficada ao serviço por mais de 30 (trinta) dias, conforme facultado por dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.

A ação dos empregadores, procurando mascarar o seu ódio de classe contra os trabalhadores mais combativos da classe operária, evitou declarar a contação e motivação políticas que a norteou e ajuizaram inquéritos na Justiça do Trabalho para as demissões dos estáveis e demitiram sumariamente os não estáveis sob a roupagem legal de ausência injustificada do serviço ou abandono de função. Em virtude da coação irresistível a que estavam sujeitos, após o golpe militar de 1964, vítimas de verdadeiras "caçadas" pelos órgãos de repressão e paramilitares, muitos trabalhadores foram impedidos de reassumir seus empregos, preocupados, unicamente, com incolumidade física e de seus familiares. Os quartéis e navios transformados em galês, como o caso do navio "Raul Soares" fundeado no Estuário do Porto de Santos. Nem todos, quando tiveram oportunidade de

se defender, foram reintegrados ou indenizados pela Justiça do Trabalho. A maioria foi demitida e suas sentenças já, de há muito, transitaram em julgado, sem possibilidade de nova apreciação judicial pelo excesso de prazo prescricional.

Embora não declarado formal e explicitante, o ajuizamento das ações e as demissões sumárias tiveram caráter, motivação política. Este aspecto, esta situação peculiar em que se encontraram muitos trabalhadores não tem sido enfocada, especificamente, pelas reivindicações pró-anistia. O fato de terem sido seus casos apreciados pelo judiciário, que acolheu a tese de abandono dos empregadores e os demitiu não lhes retirou o direito de serem abrangidos, especificamente, pela Anistia.

Além dos trabalhadores demitidos por decisão judicial, que mantinham vínculo empregatício com empresas, e os dispensados sem inquéritos, existem muitos que foram vítimas de sindicâncias, inquéritos administrativos forçados para impedi-los

ao trabalho.

Enquadram-se, neste caso, os trabalhadores avulsos, os servidores federais e estaduais dos portos brasileiros e de outras categorias, como os funcionários públicos que não tendo vinculação de assiduidade ao serviço e que tiveram cancelados os seus documentos de habilitação ao trabalho e exonerados de suas repartições.

Impõe-se, pois, que as entidades pró-anistia, também lutem pela reintegração dos trabalhadores e funcionários públicos, não atingidos diretamente pelos atos de exceção, que juridicamente ou não, perderam seus empregos sob a justificativa de ausência ao serviço e exijam a sua inclusão de forma clara e precisa, em projeto de Anistia.

Enfim, que a Anistia, seja Ampla, Geral e Irrestrita, preocupando-se em não deixar de enfocar quaisquer situações que excluam trabalhadores de seus ambientes de trabalho".

Sind. Trab. Ind. Dest. Ref. Petróleo de Cubatão, Santos e

São Sebastião.
Sind. Trab. nas Inds. de Pani
ficação e Confeitaria.
Sind. Emp. Adm. Serv. Portuá
rios de Santos, São Vicente,
Guarujá e Cubatão.
Sind. Empreg. Estabelecimentos
Bancários de Santos.
Sindicatos Operários de Servi-
ços Portuários.
Sind. Trab. Ind. Gráficas de
Santos e São Vicente.
Sind. Trab. Ind. Metal Mec.
Mat. Elétrico de Santos, São
Vicente, Guarujá e Cubatão.
Sind. Estivadores de Santos,
São Vicente, Guarujá e Cubatão.
Sind. Trab. Ind. do Trigo, Mi-
lho e Mandioca.
Comitê Brasileiro pela Anis
tia/C.B.A. - Baixada Santista.

NOVA CLT REJEITADA PELOS TRABALHADORES

O projeto de reforma da Conso-
lidação das Leis do Trabalho ,
recentemente divulgado pelo
governo, vem provocando as

mais diversas e intensas mani
festações de repúdio por parte
das classes trabalhadoras.

E não é para menos. Após anos
de estudos e promessas de mo
dernização, a nova CLT não só
não traz mudanças essenciais
como incorpora uma série de re
trocessos implantados após 64,
tais como a lei anti-greve e
o FGTS.

Assim, também, se procura con
ciliar a volta de negociações
diretas entre patrões e empre-
gados com a manutenção da vi
gilância (e da última pala
vra) governamental: será devol
vido o poder normativo à Justi-
ça do Trabalho até o ponto em
que suas decisões não se cho
quem com a política anti-infla-
cionária do governo. Propõe-se
a transferência da prerrogati-
va de intervenção nos sindica
tos, do Ministério do Trabalho
para a Justiça do Trabalho, mas
o princípio intervencionista ,
herdado do Estado Novo, fica.
Sem falar nas intervenções pre
vistas pelas "salvaguardas" in
seridas o ano passado na Cons
tituição. Anuncia-se a redução
de quorum para aprovação de

greve pelos sindicatos, sem reuoglar-se, porém, a lei 4330, a lei de greve, nem o decreto-lei 1.632, que proíbe a greve em "atividades essenciais" e nos serviços públicos.

A eliminação da restrição ao trabalho noturno da mulher é uma medida falsamente progressista e mal esconde o verdadeiro objetivo, que é o de reduzir, pela maior concorrência, o preço da força de trabalho. Proposta que traz uma vantagem imediata aos trabalhadores é a exclusão do desconto do INPS dos que ganham salário mínimo. Mas, além de ser pouco significativa, surge mais como uma justificativa para tangenciar o verdadeiro problema, que é a negativa oficial em reajustar o salário mínimo em níveis compatíveis com as necessidades vitais dos trabalhadores e suas famílias, conforme prevê a Constituição.

Em resumo, o projeto da nova CLT nada tem a dizer ao movimento operário que, nas suas lutas concretas, já o ultrapassou de muito. Fica evidente que o regime, em conjuntura

desfavorável para a aplicação pura e simples da força, procura outros caminhos para esva-ziar e enquadrar as reivindicações e a mobilização crescente dos trabalhadores.

E é contra esse tipo de manobra que têm se manifestado diversas organizações sindicais, inclusive, com a recusa de discutir ou apresentar sugestões ao projeto como alternativa, o que vem se propondo é uma ampla discussão entre os trabalhadores que permita, de baixo para cima, a elaboração de um Código Nacional de Trabalho que reflita os reais anseios dos trabalhadores.

Nessa linha, têm se posicionado inúmeras entidades sindicais combativas, incluindo algumas articulações horizontais como as Unidades Sindicais de Belo Horizonte, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Além disso pronunciaram-se os participantes do 4º Encontro Nacional dos Departamentos Jurídicos, os participantes do XV Encontro dos Dirigentes Petrolistas, e Petroquímicos, e 12 Federações representando 350 mil trabalhado

res de Santa Catarina. Representantes de 59 Federações operárias acompanhados pelo presidente da CNTI estiveram em Brasília para lavrar seu protesto.

Igualmente, o Xº Congresso Nacional dos Metalúrgicos, realizado em Poços de Caldas, em julho último, aprovou por unanimidade em Assembléia Geral Extraordinária uma moção de repúdio ao projeto governamental, cuja íntegra se segue e que bem sintetiza a posição do conjunto dos trabalhadores das diversas categorias.

O Plenário do X CONGRESSO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO BRASIL, reunido em sessão extraordinária:

CONSIDERANDO que a Consolidação das Leis do Trabalho vigente acha-se de há muito superada, impondo-se sua substituição por uma legislação capaz de cristalizar as sentidas reivindicações dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que o Governo Federal anunciou seu Anteprojeto

de Consolidação das Leis do Trabalho pretendendo que os interessados, inclusive o movimento sindical, ofereçam sugestões e emendas;

CONSIDERANDO, no entanto, que o referido anteprojeto vem sendo preparado há mais de cinco anos em meio a um período de exceção quando ainda não se anunciava o restabelecimento do Estado de Direito;

CONSIDERANDO, que na elaboração desse Anteprojeto os trabalhadores não tiveram nenhuma participação;

CONSIDERANDO, por derradeiro, que o Anteprojeto mantém a feição corporativista da organização sindical, os bloqueios que impedem o exercício do direito de greve, as restrições que destimulam a prática das convenções coletivas e mais, marcante retrocesso, face às condições já conquistadas pelos trabalhadores,

R E S O L V E:

a - repudiar o Anteprojeto de Consolidação das Leis do Trabalho exigindo seu arquivamento,

de modo a não ser remetido ao Congresso Nacional;

b - determinar que os grupos de Trabalho e Estudos Técnicos de Direito do Trabalho e de sindicalismo deste Congresso deixem de apreciar teses que possam sugerir o encaminhamento de emendas tanto ao referido Anteprojeto como a vigente Consolidação;

c - determinar que os mesmos Grupos de Trabalho definam os princípios que a classe trabalhadora tem afirmado seguidamente, no que se refere à organização sindical e à legislação do trabalho;

d - criar, a nível nacional, uma Comissão que, em conjunto com as demais categorias profissionais, estude e proponha um Código Nacional do Trabalho que reflita os reais anseios dos trabalhadores.

Poços de Caldas, 4 de junho de 1979.

CARTA DE GRAGOATÁ

Pela primeira vez nos últimos 15 anos foi possível reunir representantes dos trabalhadores do campo e da cidade de todas as regiões do país para uma ampla e democrática discussão sobre temas de interesse da classe trabalhadora. Esse encontro, que recebeu o nome de Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais, foi realizado em Gragoatá, Niterói, entre os dias 2 e 6 de agosto, contando com a presença de representantes de 286 sindicatos, entre os quais os líderes sindicais mais representativos do quadro sindical do país.

Ainda que a chamada "grande imprensa" (os grandes jornais e revistas) não tenham divulgado uma linha do que aconteceu nos cinco dias do Encontro, ele teve enorme repercussão jun

to aos sindicatos dos trabalhadores. De forma unitária, os participantes do Encontro conseguiram chegar a importantes conclusões sobre os assuntos que mais interessam ao trabalhador no momento. No último dia, foi aprovada a Carta de Gragoatã, um documento que, mais que resumir as conclusões do Encontro, define novos rumos para o sindicalismo brasileiro.

Abaixo a íntegra da Carta aprovada pelos trabalhadores:

Reunidos de 2 a 6 de agosto de 1979 em Gragoatã, Niterói, no ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES SINDICAIS, representantes de trabalhadores do campo e da cidade de todas as regiões do país expressam, após amplos debates sobre a situação político-institucional e econômica, o compromisso de luta pela conquista da democracia, inseparável da resolução dos problemas que afetam a vida sindical. Entendem, por essa razão, que é essencial para os trabalhadores a plena e integral restauração das liberdades democráticas

- de imprensa, de expressão, de livre associação e organização partidária - assegurando-se a cada brasileiro o direito de escolha dos governantes.

Mas, para que a democratização realmente se efetive, consideram indispensável que os canais de participação política sejam abertos aos trabalhadores de tal maneira que possam exercer a liberdade e autonomia sindicais, o direito de greve e a estabilidade no emprego, convertidos em princípios constitucionais que venham a ser aprovados em Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita e soberana.

Embora tenha sido determinada em grande parte pela ação dos movimentos grevistas que romperam as barreiras legais à autêntica atividade sindical, a "abertura", como que acena o Governo, procura reduzir os trabalhadores à condição de meros espectadores do entendimento entre as elites que pretendem assim modelar as transformações políticas segundo seus interesses.

As manobras de marginalização da classe trabalhadora se evidenciam claramente no anteprojeto de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho que reproduz a filosofia corporativista da legislação vigente com o que se pretende perpetuar a subordinação dos Sindicatos ao Estado.

Ao repudiar o anteprojeto da CLT, exortam os assalariados das diversas categorias para que, através da sindicalização e da organização nos locais de trabalho, fortaleçam os sindicatos que, no processo de luta pela conquista da autonomia e liberdade sindicais, deverão ser coordenados por uma Central Única de trabalhadores.

Pressionado pelo povo brasileiro, o Governo é forçado a recuar, enviando ao Congresso Nacional um projeto de anistia que, embora sendo parcial e restrito, é resultado do avanço das forças democráticas e populares. E devolve a cidadania política a centenas de brasileiros. Mais uma vez, porém, a ação governamental discrimina social e politicamente, pon-

do à margem dos benefícios da anistia milhares de trabalhadores afastados de seus empregos pela brutal repressão que se abateu, nos últimos quinze anos, sobre a classe operária. Comprometidos com a luta por anistia geral, ampla e irrestrita, que liberte todos os presos políticos e restitua às suas ocupações todo e qualquer brasileiro afastado por motivos políticos, esperam os representantes dos trabalhadores do campo e da cidade que o Congresso Nacional saiba refletir na discussão e votação do projeto do Governo o que deseja o conjunto da sociedade brasileira: desmantelamento dos aparelhos de repressão, revogação das leis e medidas de exceção. Em suma, a abolição do regime de exceção em todos os planos. Com base no princípio de plena liberdade de organização de partidos políticos, inerente ao regime democrático, defendem o pluralismo político. Por conseguinte, denunciam e se opõem firmemente às tentativas de extinção dos atuais partidos por ato de força governamental qual

quer que seja o pretexto utilizado para esse fim. A liberdade de organização partidária porque lutam deve assegurar aos trabalhadores, assim como às demais forças e classes sociais, o direito de se expressarem através de partidos.

Ao condenar o "modelo econômico", alertam para o risco de que a política de "economia de guerra" venha, na realidade, a representar, a pretexto de combater a inflação, um instrumento de sustentação da política de arrocho salarial - resguardando, no entanto, os lucros dos oligopólios nacionais e estrangeiros.

Para enfrentar tal situação, devemos começar, desde já, em todos os locais de trabalho, uma ampla campanha de mobilização e conscientização política sobre os significados sociais da estratégia de recessão econômica,

de modo que estejamos preparados, se necessário, a recorrer à greve geral.

Entendem os representantes dos trabalhadores do campo e da cidade de todas as regiões do país que o efetivo combate à inflação repousa na recuperação da economia, fundada num programa de gastos em habitação popular, transportes coletivos e urbanos, educação, saúde, lazer e saneamento básico. Para isso, torna-se indispensável a promoção das reformas financeira e tributária.

Sustentam também que a dinamização da agricultura, com justiça social, só será efetiva com a promoção da reforma agrária.

PELO PROGRESSO E BEM ESTAR DO
POVO BRASILEIRO;
PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES.

Gragoatã, 06 de agosto de 1979.

SERVIÇO

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO OBJETIVOS E ATIVIDADES

A idéia de formação da Comissão Pró-Índio surgiu em São Paulo, em agosto de 1978, quando antropólogos de todo o Brasil discutiram a minuta do projeto do governo que propunha a emancipação das comunidades indígenas, concluindo pela sua condenação e necessidade de uma luta centralizada em favor dos interesses indígenas.

Como entidade livre e independente, que se propõe a criar um espaço urbano para divulgação dos problemas e reivindicações dos índios, precisam do apoio de todos os setores (entidades, associações, profissionais liberais, indigenistas, estudantes e população em geral) para concretizar e avançar nessas propostas.

A Comissão Pró-Índio está aberta à colaboração de todos aqueles que tenham contatos ou informações sobre populações indígenas ou queiram divulgar trabalhos relacionados com o assunto.

Todo o apoio e espaço que se puder conseguir para divulgar a luta dos índios se tornam importantes e necessários, pois, somente com permanente mobilização, poderemos evitar novas investidas que ameacem as liberdades e direitos destes povos.

Material à disposição: - plástico "Pela Demarcação das terras indígenas".

- poster-calendário/79;
- jornal - um número saído em 78, de apresentação da Comissão e outro saído em 79, exclusivo sobre os Kaxinauá-Acre;
- Boletim Nimuendajú (que busca ocupar o espaço que a

S E R V I Ç O

grande imprensa se nega a dar à questão indígena e criar uma nova consciência pública a respeito da vida do índio brasileiro e seus problemas);

- livros: - "Vítimas do Milagre - Shelton Davis - "
- "O Índio cor de Rosa" - Orígenes Lessa.

Sede: Rua da Lapa, 120/908 Centro - Rio de Janeiro - RJ.

DOCUMENTO E RESISTÊNCIA

A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) acaba de publicar uma coletânea sob o título "Povo do Pará se Manifesta - 1976/79", que traga um panorama das lutas sociais travadas pelo povo paraense nos últimos três anos. Composto por material já publicado, a idéia básica foi apresen-

tar as lutas na sua autenticidade, através dos manifestos e documentos originais e dos registros na imprensa. Para facilitar a consulta, as matérias encontram-se agrupadas de acordo com os seguintes tópicos: Sindicalismo e conflitos trabalhistas, Terra de morar, Terra de plantar, Anistia, Censura à imprensa, Movimento estudantil.

Fundada em agosto de 1977, a SDDH apresenta já um considerável rol de serviços prestados ao movimento popular. Edita o jornal mensal "Resistência" e, além de empunhar as grandes bandeiras populares de âmbito nacional, promove permanentemente atividades de subsídio e apoio às lutas locais e regionais, tais como a prestação de serviços técnicos e jurídicos, e a promoção de debates, palestras, etc., sobre temas de interesse popular.

Seu endereço é:

S E R V I Ç O

Av. Pedro Miranda, 1556 - Pará Belém, para onde podem ser enviadas cartas e encomendas de publicações.

CADERNOS DE IDÉIAS DO POVO TRABALHADOR

Com o caderno nº 1 - "Domitila"; o Centro de Reflexão e Documentação - (CRD) de Goiânia, inicia uma série trimestral de publicações sob o título geral "Cadernos de Idéias do Povo Trabalhador", que pretendia "devolver ao povo trabalhador o pensamento que nasce dele mesmo, através de suas próprias lutas".

Esse primeiro número da série consiste numa seleção dos trechos do depoimento da boliviana Domitila Bamios de Chunzara, do livro "Se me Deixam Fa

lar", que melhor exprimem as idéias que ela foi formando através de sua vida e de sua luta junto ao povo boliviano. Esses trechos são acompanhados de depoimentos e comentários de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros sobre os mesmos assuntos, o que já significa o atendimento e concretização da exigência de Domitila de que "este depoimento volte à classe trabalhadora para que, juntos, operários, lavradores, donas de casa, todos inclusive a juventude e os intelectuais que querem estar conosco, recolhamos as experiências, analisemos e verifiquemos os erros que cometemos no passado para que, corrigindo esses erros, nós possamos fazer coisas melhores no futuro... criar nós mesmos os instrumentos que fazem falta e melhorar nossa luta".

Ao contrário da publicação anterio do CRD, intitulada "1º de maio: Lutas e Vitórias da clas

S E R V I Ç O

se trabalhadora" e que era destinada à massa, o presente caderno é mais um livro de estudo e, portanto, como lembra a circular do CRD, "serão as lideranças locais que pensarão a maneira mais adequada para discutir-lo e aprofundá-lo nas suas bases".

Outra iniciativa do CRD seria o lançamento em setembro próximo de um pacote contendo uma fita-cassete gravada com 20 músicas de lavradores de Goiás e os livrinhos com as respectivas letras.

O endereço do CRD é:

Centro de Reflexão e Documentação - Caixa Postal 646
74.000 - Goiânia - Goiás - GO.

CET - CENTRO DE ESTUDOS DO TRABALHO

O CET - Centro de Estudos do trabalho, é uma associação que faz e publica revistinhas que falam sobre os problemas dos trabalhadores.

A idéia partiu de uma série de profissionais que sentindo a necessidade de prestar serviços à classe trabalhadora por indagações que partiam dessa mesma classe, resolveram fundar o CET que além de publicar os cadernos, prestam serviços através de pesquisas, cursos, biblioteca, arquivo para consulta e publicações.

O CET já editou as seguintes publicações que poderão ser adquiridas à Rua José Brandão, 564 Barreiro de Baixo, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Cadernos do CET - Série Trabalho:

- 1) Salário e Custo de Vida;
- 2) O Trabalhador e o Transporte Coletivo;
- 3) Quando as Máquinas Param;
- 4) A máquina de fazer dinheiro;
- 5) A Força do Operário no Sindicato.

Cadernos do CET - Série História.

- 1) O Primeiro de Maio
Edição Especial: A verdadeira história da greve dos operários da construção civil.

EQUIPES LOCAIS

REGIONAL NORTE

Escritório de Belém
Rua Bernal do Couto n.º 1329
(0912) 22.0318
66.000 – Belém – PA

Escritório de Cametá
Praça dos Notáveis n.º 38-B
68.400 – Cametá – PA

Escritório de Santarém
Rua 24 de Outubro n.º 1059
68.100 – Santarém – PA

Escritório de St. Antonio de Tauá
Rua Pres. Vargas n.º 102
68.786 – Sto Antonio de Tauá

Escritório de Santa Luzia
Av. Newton Bello n.º 1032
65.390 – Santa Luzia – MA

REGIONAL NORDESTE

Escritório do Recife
Rua Cedro 52
Casa Amarela
(0812) 268-3242
50.000 – Recife – PE

Escritório de Garanhuns
Av. Rui Barbosa n.º 200
2392
55.300 – Garanhuns – PE

Escritório de Fortaleza
Rua Francisca Clotilde n.º 680
Porangabaçú
60.000 – Fortaleza – CE

REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório de São Paulo
Rua Loefgren n.º 1651, Casa 6
(011) 549.3888
04.040 – São Paulo – SP

Escritório do Rio de Janeiro
Rua 2 n.º 201 – Acari
(021) 350.1130
21.530 – Rio de Janeiro – RJ

Escritório de Vitória
Rua 7 de Setembro n.º 529
(0272) 223.7436
29.000 – Vitória – ES

Escritório Porto Alegre
Rua Gaspar Martins n.º 470
(0512) 25.0787
90.000 – Porto Alegre – RS



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Escritório Nacional: Rua das Palmeiras, 90 – ZC 01

Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134

22.270 – Rio de Janeiro (RJ)